Flertes

Leandro Colling

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

COLLING, L. Flertes. In: *Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer* [online]. Salvador: EDUFBA, 2015, pp. 21-74. ISBN 978-85-232-2013-6.
<https://doi.org/10.7476/9788523220136.0002>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Flertes

Durante dez meses, de outubro de 2013 a agosto de 2014, vivi e circulei por três países da América Latina (Argentina, Chile e Equador) e dois países europeus (Portugal e Espanha) para realizar a pesquisa que agora você tem em mãos.³

O objetivo inicial era mapear e analisar as principais ações de parcela significativa dos grupos que integram o movimento LGBT mais institucionalizado e conhecido de cada país e também estudar alguns coletivos sintonizados com aquilo que chamo aqui de “ativismo *queer*” e/ou de “dissidência sexual e de gênero”. No decorrer do trabalho, verifiquei que a pesquisa caminhou muito mais para estabelecer as diferenças entre essas duas formas de militância.

Em geral, os grupos que integram o que estou chamado de movimento LGBT *mainstream* ou institucionalizado são aqueles que pos-

³ A pesquisa *Políticas para o respeito às diferenças sexuais e de gêneros na ibero-américa: conquistas e tensões atuais entre movimentos LGBT e ativismos queer* foi realizada em meu estágio de pós-doutorado no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, em Portugal, sob a supervisão da Dra. Ana Cristina Santos, a quem agradeço pela acolhida, preciosas indicações e inspiradora produção que muito dialoga com este trabalho. Para este livro resolvi deixar de fora o Equador, que será analisado em separado. Uma das razões é que a pesquisa de campo realizado no país não ofereceu indicativos suficientes para colaborar com o que se delineou, no desenvolvimento do trabalho, como o foco principal do livro, que gira em torno das tensões entre o ativismo *queer* e o movimento LGBT.

suem sede própria, vários anos de existência, estrutura legal e uma administração hierarquizada. São os que mais acionam e são acionados diretamente pelo Estado para interlocução e realização de políticas públicas em prol da população LGBT, quase sempre com pautas muito similares que conformam uma certa “globalização gay”, descrita com ufanismo, condescendência e falta absoluta de senso crítico por trabalhos como o de Frédéric Martel (2013), que chega a falar que o movimento LGBT está produzindo uma “revolução gay no mundo”.

A ativista e pesquisadora Letícia Rojas Miranda (2012, p. 2) define os coletivos *queer* como “não normatizados, que se caracterizam por manter uma organização assembleária, que auto-gestionam suas próprias iniciativas, demandas, resistências e alternativas. São coletivos que se posicionam de forma crítica ante as múltiplas diferenças excludentes”.

Os coletivos ou simplesmente ativistas independentes, que aqui serão definidos como integrantes do ativismo *queer*, podem estar mais ligados ou não com a universidade, mas também possuem muitas diferenças entre si, como será possível ver neste livro. No entanto, mesmo com suas divergências e diferenças, estão mais sintonizados e/ou se reapropriam de perspectivas oriundas da filosofia da diferença e dos seus impactos na sociologia, em especial a sua vertente desenvolvida a partir dos estudos *queer*. Apesar disso, destaco, desde já, que o *queer* aqui não servirá como um conceito guarda-chuva para nomear esses coletivos e vozes, pois as pessoas que os integram nem sempre fazem questão de se identificar como *queer*. Isso depende, como veremos, do contexto de cada local, de como os estudos *queer* se desenvolveram e foram lidos em cada realidade.

Nestes países pesquisados, assim como ocorreu e ocorre no Brasil, o *queer* ainda é visto pela maioria como demasiado acadêmico e a palavra em inglês, na opinião de muitas pessoas, não dá conta de contemplar as experiências no ativismo de cada local. Por isso, vários coletivos pensaram em palavras que seriam mais apropriadas para

tratar do *queer* em seus países, a exemplo do *cuier* ou dissidência sexual, no Chile (SAN MARTIN, 2011), ou do uso de insultos, como *marica* ou *bollera*, na Espanha. (CÓRDOBA; SAEZ; VIDARTE, 2007)

Quem chegar até o final de minha viagem verá que também existem problemas na divisão que inicialmente postulei entre movimento LGBT e o ativismo *queer*. Além de existirem diferenças também entre o primeiro grande grupo, o campo de pesquisa foi aos poucos revelando que as perspectivas *queer* também têm contaminado os grupos mais institucionalizados, muito mais, talvez, do que os próprios ativistas imaginem. Como isso tem acontecido? Em que intensidade? Espero que o livro, em sua totalidade, ajude a responder essas questões.

Este livro também pretende estranhar, de alguma forma, a maneira como costumeiramente as pessoas da universidade escrevem os seus textos ditos “científicos”. Em vários momentos o livro é escrito em primeira pessoa e as minhas impressões pessoais sobre as pessoas que neles militam, e inclusive os locais de sociabilidade LGBT, ficarão explícitos em alguns trechos. Além disso, deixei retornar um pouco da minha veia jornalística, em especial através das técnicas para a realização das entrevistas em profundidade. Livros tidos como “de ficção”, em especial aqueles escritos nos países pesquisados, também serão acionados para me ajudar a compreender um pouco mais a produção de subjetividades nas cenas LGBT e *queer* de cada local. Foi assim que cheguei em uma poesia da artista, cantora e *performer* argentina Susy Shock, que serviu de inspiração para o título deste livro.

No entanto, a grande fonte da pesquisa consiste em 35 entrevistas, em profundidade, que realizei com ativistas e/ou pessoas que pesquisam as temáticas LGBT e *queer* nestes quatro países citados. Os sites e redes sociais dos coletivos e os trabalhos acadêmicos já realizados também me ajudaram a entender o que a militância de cada local já fez, está fazendo e o que pretende fazer no futuro.

O livro, para começo de conversa, não possui introdução e conclusão, pelo menos não no sentido tradicional. Duas razões dessa es-

colha: em primeiro lugar, esta pesquisa não introduz (ui!) nada, pois ela é fruto de um sem número de outras reflexões já realizadas. Em segundo lugar, eu começo e paro de escrever sobre uma série de temas em vários momentos do livro. Mas o fato de terminar algo não é, definitivamente, uma proposta de concluir ou de encerrar a conversa. Pelo contrário, eu quero que este livro seja apenas uma contribuição, que espero válida, para continuarmos a pensar sobre políticas sexuais e de gênero na atualidade. Portanto, não haverá um local em que eu conclua algumas coisas em definitivo, pois minhas considerações e análises estarão em vários momentos do texto, e porque minha proposta é a de contribuir com um debate que obviamente está inconcluso.

Além disso, o livro também não está dividido em “parte teórica” e “parte empírica/analítica”. Oferecer mais uma colaboração para explodir com essa dicotomia, que eu mesmo já usei várias vezes, em especial antes de conhecer os estudos *queer*, é outro dos meus propósitos. Mas não se trata apenas de uma opção meramente estilística. Trata-se de defender e evidenciar que a teoria e a prática não estão descoladas, mas que uma se abastece, depende e ensina para a outra, como bem pontuou Berenice Bento (2011). Espero que até o final deste livro isso fique bem evidente.

Para finalizar o alerta sobre o que vem pela frente, aviso às pessoas pudicas que esse livro às vezes fala de sexo, foi escrito com o uso de alguns palavrões, insultos ressignificados, sem meias palavras. Não aguento mais ler textos sobre sexualidade que não falam de sexo, assim como não suporto mais ler estudos (inclusive *queer*) e/ou ouvir discursos de pessoas que militam e/ou escrevem em nossa área sem falar sobre sexo, ou quando falam tratam de fazer um imenso esforço de higienizar tudo (quando dizem algo, “cu” vira “ânus”, “buceta” vira “vagina”), com a já velha proposta de parecer aceitável à academia e/ou limpinhos aos olhos da heteronormatividade e de, com isso, usufruir de financiamentos de nossas agências de fomento e/ou criar uma representação tida como positiva para conseguir al-

guns direitos que, até agora, como veremos, são muito poucos, umas migalhas que, ao sabor dos governos e crises, podem ser (e têm sido) questionados.

Para entrar nesse clima, esta parte foi chamada de *Flertes*. Em seguida, vêm as *Transas*. Por fim, *O Cigarro*, aquele momento de refletir se valeu a pena, pensar sobre o que passou e definir se ainda haverá tesão para dar mais uma, hoje ou amanhã.

Nos *Flertes* (que possui partes chatas, daquelas em que, às vezes, a gente pensa que o sexo não vai rolar, e partes bem mais gostosas e interessantes) irei narrar e analisar (bem menos, porque o gostoso é avaliar depois, não é?) como aos poucos fui me aproximando da história dos movimentos de cada país, das pessoas militantes, das bibliografias e de quem as produziu, de guetos e sensações sentidas em cada cidade. Depois, em *Transas*, faço sexo, nem sempre gostoso, com os movimentos LGBT e o ativismo *queer*. Os analiso, os elogio e/ou critico, a maioria das vezes com a ajuda das próprias pessoas entrevistadas. Em *O Cigarro*, chega a hora de respirar fundo, algo nem sempre com ar puro, para fazer uma reflexão geral sobre, afinal, o que todas essas *transas* me ensinaram e o que elas podem ensinar umas às outras.

Perguntas Centrais

Este é um livro fruto de uma pesquisa marcada pelos estudos *queer*. Minha análise não se pretende “objetiva, imparcial ou neutra”, nos termos como em geral se compreende essas questões, mas isso não significa falta de senso crítico, métodos e critérios que sempre estarão explicitados. Não farei agora uma extensa explicação sobre o que são os estudos *queer*, pois isso estará diluído ao longo do livro e também porque já temos vários textos escritos com tal objetivo. (MISKOLCI, 2012; LOURO, 2004) Apenas a título de começo de conversa, cito Richard Miskolci (2009), que reflete sobre as diferenças entre os clássicos da sociologia e os estudos *queer*.

Os teóricos *queer* focaram na análise dos discursos produtores de saberes sexuais por meio de um método desconstrutivista. Ao invés de priorizar investigações sobre a construção social de identidade, estudos empíricos sobre comportamentos sexuais que levem a classificá-los ou compreendê-los, os empreendimentos *queer* partem de uma desconfiança com relação aos sujeitos sexuais como estáveis e foca nos processos sociais classificatórios, hierarquizantes, em suma, nas estratégias sociais normalizadoras dos comportamentos. (MISKOLCI, 2009, p. 164)

Os estudos *queer*, entre tantas coisas, produzem uma série de críticas ao que se convencionou chamar de paradigma da igualdade, que conformou uma série de estratégias consideradas fundamentais por muitos movimentos sociais, no Brasil e exterior, para conquistar os direitos e a plena cidadania das pessoas que eles representam. Em geral, ativistas defendem que todas as pessoas são ou deveriam ser iguais e, por isso, devem ter direitos iguais. No campo LGBT, é comum ouvirmos ativistas do movimento *mainstream* dizendo: os homossexuais pagam impostos assim como os heterossexuais, também têm família e amam, por isso são dignos dos mesmos direitos.⁴

No entanto, como veremos neste livro, mesmo com a melhor das intenções, os argumentos e algumas ações que têm sido geradas a partir desse paradigma acabam sendo reducionistas e excludentes. (MISKOLCI, 2011; BENTO, 2011; COLLING, 2013) Uma das críticas trata sobre a criação de categorias identitárias muito rígidas, que muitas vezes são naturalizadas e normalizadas por um “discurso de verdade” sobre os gêneros e as sexualidades, como veremos adiante em mais detalhes.

A estratégia fundamental usada pela maioria dos movimentos, e que está muito ligada aos discursos em torno da igualdade, é a

⁴ Esta pesquisa evidencia que as críticas ao capitalismo e ao mercado são mais recorrentes no ativismo *queer* do que no movimento LGBT institucionalizado.

afirmação das identidades e o uso do essencialismo estratégico⁵ que acompanha as suas práticas políticas. Ativistas, em geral, defendem que um grande grupo de pessoas deve ter e afirmar a mesma identidade (ou um restrito grupo de identidades, na melhor das hipóteses simbolizadas pela sigla LGBT, e, na pior, apenas pela letra G), e que todas devem se identificar com as mesmas características que seriam inerentes a tais identidades ou identidade. O fato de muitas pessoas da academia e/ou da militância festejarem um beijo na telenovela entre duas lésbicas e escreverem ou compactuarem que tal cena trata de um “beijo gay” é um exemplo simples, mas que não pode ser menosprezado. Se, por um lado, no Brasil e no mundo essa estratégia já rendeu conquistas para determinados grupos subalternos (em nosso país, por exemplo, o movimento negro conquistou o sistema de cotas e a lei que criminaliza o racismo e as mulheres conseguiram a Lei Maria da Penha), por outro lado também criou exclusões. De quem? Das pessoas que são subalternizadas, mas que não se identificam exatamente com todas as características atribuídas a quem pode afirmar e desfrutar de determinada identidade coletiva. Por exemplo: quem pode reivindicar a identidade mulher? Apenas quem tem vagina tida como “natural”? O que fazer com o homossexual que não se identifica com a identidade gay hegemônica?

A afirmação das identidades, é claro, não foi uma estratégia criada sem justificativas. Os movimentos perceberam, acertadamente, que um primeiro passo da luta era, e continua sendo, em alguns contextos, melhorar a autoestima das pessoas e elaborar um discurso sobre quem cada movimento está representando. Ou seja, não defendo aqui que a afirmação das identidades não foi ou continua sendo importante. Como argumenta Scott (2005), não devemos pensar a igualdade e a diferença como conceitos opostos, pois assim perde-

⁵ “Termo cunhado por Gayatri Spivak para se referir à adoção de uma prática política fincada na ficção naturalizante das identidades apenas como meio para a obtenção de direitos”. (MISKOLCI, 2011, p. 49)

mos de vista as suas intersecções e isso nos impossibilita de encontrar “resultados melhores e mais democráticos”. (SCOTT, 2005, p. 12)

As questões que esta pesquisa pretende trazer são outras: precisamos apenas trabalhar com a afirmação das identidades? E apenas com as que já temos? Não podemos fazer uma combinação de estratégias? As políticas das diferenças nos tornam mais divididos? Ou, pelo contrário, elas podem nos dar pistas de como podemos nos enxergar nas demais diferenças, em como podemos nos unir em prol do respeito às nossas diferenças, que não cessam de ser criadas, modificadas?

Como esses debates ocorrem em países que já possuem alguns marcos legais conquistados pelas políticas da igualdade, diretamente vinculadas à afirmação das identidades, a exemplo do casamento igualitário (Argentina, Espanha e Portugal) e de uma lei antidiscriminação seguida da legalização da união civil entre pessoas do mesmo sexo (Chile)? Quais são os limites desses marcos legais e dessas políticas que giram em torno do paradigma da igualdade e da afirmação das identidades? Essas políticas resolveram os problemas da homo, lesbo e transfobia nesses países? Que outras políticas estão sendo pensadas e implantadas para combater os processos de subalternização em relação às diferenças sexuais e de gêneros? As políticas da diferença também podem ser usadas para pensarmos em novos marcos legais e políticas públicas ou só servem para fazer uma crítica da cultura ou para a esfera das nossas relações interpessoais?

Antes de mais nada, é preciso dizer que a discussão entre os defensores do paradigma da igualdade *versus* da diferença, embora em outros termos, já está há anos presente nos demais movimentos sociais e também nos primórdios do então Movimento Homossexual Brasileiro. MacRae (1990, 1982) analisa movimentos homossexuais do período de 1978 a 1985. Segundo ele, já naquela época o movimento homossexual era “frequentemente acusado de contribuir para um rígido reforço das categorias sexuais”, inclusive por pesquisadores como Jean-Claude Bernardet e Peter Fry. E continua:

Alega-se que essas posturas acabavam por revalidar o uso do rótulo ‘homossexual’, concebido por alguns como sendo uma patente forma de controle social, seja ele imposto a um indivíduo por forças sociais externas ou voluntariamente adotado. A prática de ‘se assumir’, encorajada pelos grupos, correria o risco de não ser nada revolucionária, transformando-se, talvez, somente numa acomodação de comportamentos e sentimentos, até então em desarmonia com as normas gerais, integrando-se de uma maneira mais funcional à estrutura vigente. Estabelecer-se-iam novos padrões e simplesmente se mudaria o lugar da linha de demarcação entre o permitido e o proibido. (MACRAE, 1990, p. 56)

Além disso, MacRae dizia, já naquele tempo, que, “atualmente, a aparência viril é cada vez mais prezada, e começa a surgir um novo homossexual estereotipado que frequentemente ressalta sua aparência máscula, exibindo bigode, barba, músculos de halterofilista, etc.” (MACRAE, 1990, p. 54)

Carrara (2010), depois de fazer um panorama sobre as políticas e direitos sexuais no Brasil da atualidade, aponta pelo menos três “perigos” (aspas são do autor) que, segundo ele, mereceriam atenção do movimento LGBT brasileiro. O pesquisador diz que “uma das possíveis consequências da judicialização da política”, entendida como a tendência de se “canalizar ou formalizar a luta política na linguagem dos direitos”, é que corremos o risco de apostar em uma “‘utopia jurídica’ segundo a qual se espera da Justiça que resolva todos os problemas”. (CARRARA, 2010, p. 143)

O pesquisador alerta que o resultado indesejável dessa aposta é a possibilidade de estarmos trabalhando apenas para uma certa elite econômica, uma vez que o acesso à Justiça, no Brasil, é desigual em função da classe social das pessoas. Outro “perigo” apontado é que, segundo ele, “vem se desenhando uma nova moralidade sexual, projetando novos sujeitos perigosos ou abjetos em oposição a cidadãos respeitáveis, ou seja, aqueles que merecem, por suas qualificações morais, ser integrados, assimilados à sociedade”. (CARRARA, 2010,

p. 144) Um pouco mais adiante, diz ainda: “[...] há que se discutir, finalmente, os perigos da reificação das identidades sexuais e de gênero em jogo nesse contexto e de seu possível impacto sobre políticas e direitos que, por serem ‘especiais’, podem acabar sendo mais excludentes que inclusivos”. (CARRARA, 2010, p. 144)

Enfim, quais são as estratégias que, paralelamente às políticas identitárias, têm sido utilizadas para subverter e questionar de forma permanente as normas hegemônicas presentes em nossa sociedade? Que políticas vêm sendo desenvolvidas para que as nossas pautas não colaborem para construir normas do que é ser uma pessoa gay, lésbica, bissexual, travesti ou transexual, aceita apenas se estiver seguindo os padrões já postos?

Por exemplo: em boa parte das pautas que mais mobilizaram o movimento LGBT nos últimos anos, no Brasil e no mundo, transparece a ideia de que o gay é normal, é igual ao heterossexual, quer casar, ter filhos, viver uma vida monogâmica. Paralelo a isso, as pessoas ligadas aos estudos e ativismo *queer* questionam: por que desejamos esse ideal de vida? Por que queremos uma vida a mais parecida possível com a dos heterossexuais? Por que a união civil proposta é exatamente a baseada na família nuclear burguesa, justamente uma das instituições que tanto colaborou e ainda colabora para a subalternização daqueles que não são heterossexuais?

Na primeira fase desta pesquisa fui a campo para ver como esse debate aconteceu e está acontecendo em Portugal, Chile, Argentina e Espanha. Por que escolhi esses países? Como já disse, ressurge na atualidade a discussão em torno de quais são as melhores estratégias políticas para produzirmos o respeito às diferenças sexuais e de gêneros. Nos países que pesquisei, e também no Brasil, esse debate, entre outras razões, recomeçou com a entrada e o crescimento dos estudos *queer*. (MISKOLCI, 2011, 2014; BENTO, 2011; COLLING, 2011, 2014a)

Inicialmente, escolhi os quatro países porque eles já possuem algumas conquistas importantes no combate à homo, lesbo e transfobia e existem coletivos que se autodenominam *queer* ou de dissi-

dência sexual (a exemplo das Panteras Rosa, em Portugal, o Coletivo Universitário de Dissidência Sexual (CUDS), no Chile, e a Assembleia Transmaricabollo, na Espanha). Na Argentina, como veremos, não encontrei coletivos *queer*, mas isso está longe de significar que os estudos *queer* e algumas de suas perspectivas tenham passado incólumes ao longo do tempo.

Para realizar a pesquisa utilizei uma combinação de métodos de trabalho que consiste no aprofundamento da leitura do marco teórico; na busca e leitura dos estudos acadêmicos e textos em geral sobre os movimentos LGBT dos países pesquisados; e nas entrevistas semiestruturadas com pessoas da militância e/ou pesquisadoras da área.

As entrevistas em profundidade foram realizadas com base em um roteiro prévio, que só foi concluído após a leitura dos estudos sobre os movimentos sociais de cada país. O objetivo era o de primeiro conhecer um pouco mais da realidade de cada local e impedir a ida ao campo já com ideias fixas e pré-concebidas. Assim, também é possível deixar “o campo falar” mais e dar contornos da investigação. No entanto, em todas as entrevistas foram realizadas algumas questões similares, de modo a facilitar a produção da análise. O roteiro básico consistiu em saber sobre a história de cada coletivo, quais são as prioridades e ações atuais, qual foi a atuação do grupo nas conquistas do movimento, uma análise da situação atual e quais são as perspectivas para o futuro. Além disso, também busquei informações na imprensa local, nos próprios sites e redes sociais dos grupos.

Flertes em Portugal

Cheguei em Portugal no início de outubro de 2013 e fui direto para a pequena cidade de Coimbra, pois, como disse no início, o meu pós-doutoramento esteve vinculado ao Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra. Voltar a morar, ainda que por pouco tempo, numa cidade pequena me fez rememorar algumas sensações, nem sempre boas, de quando eu vivia no interior do Rio Grande do Sul.

Fiquei em Coimbra para ter acesso à biblioteca do CES e para conversar com a minha supervisora, a professora Ana Cristina Santos, que também é uma das fundadoras do grupo não te prives,⁶ que milita pelo respeito às diferenças sexuais e de gênero na cidade. Depois de duas semanas de intensas leituras sobre o movimento LGBT e o ativismo *queer* em Portugal, fui para Lisboa para começar o trabalho da pesquisa de campo, que durou até o final dezembro de 2014.⁷ Nas leituras que realizei em Coimbra (e que depois continuei em Lisboa), pude ter contato com a produção acadêmica do país sobre o movimento LGBT e o ativismo *queer*. Vejamos o que dizem algumas dessas pesquisas.

No Brasil, um dos autores portugueses mais conhecidos no campo das sexualidades é o professor e ativista Miguel Vale de Almeida, que foi deputado no país e em cujo mandato foi aprovado o projeto de lei do casamento entre pessoas do mesmo sexo. Em um dos seus textos, Almeida (2010a) faz um resumo cronológico sobre o movimento LGBT, iniciando o seu percurso logo após o 25 de abril de 1974, data máxima do país, a Revolução dos Cravos, que deu fim à ditadura. A democracia, no entanto, não imediatamente permitiu o surgimento de movimentos sociais LGBT, pois, assim como ocorreu em vários países, a esquerda da época via (e em alguma medida ainda vê) a homossexualidade como um “assunto problemático e secundário, quando não mesmo perigoso”. (ALMEIDA, 2010a, p. 47)

O movimento social LGBT institucionalizado, a rigor, em Portugal, surgiu a partir da década de 90 do século XX e já muito ligado

⁶ O grupo prefere a grafia em letras minúsculas.

⁷ Nos primeiros dias em Lisboa, recebo uma das piores notícias de minha vida. Minha amada mãe, que há tempos tentava se recuperar das sequelas de um AVC, morreu no dia 29 de outubro de 2013. No meu perfil no Facebook, um dia depois, postei a seguinte mensagem, com a qual é possível compreender porque trato disso neste livro: “Amor incondicional, minha parceira, que sempre me apoiou em tudo, que nunca me discriminou por ser como sou, pelas minhas grandes e pequenas mudanças, em todas as esferas. Devo a mais essa filha de Oyá tudo o que sou. Só posso dizer obrigado, de longe e tão perto. Que Oyá, pelo dia que é de hoje, lhe guie pelos melhores mundos. A senhora merece. Um beijo.” É por essa razão que este livro é dedicado a ela.

com o combate ao HIV/Aids. Mas antes disso existiram ações sobre o tema no país. Ana Cristina Santos (2004a) informa que, logo após o abril de 1974, começaram a aparecer manifestações esparsas com temática homossexual em alguns protestos, e em 25 de outubro de 1980 foi criado o Coletivo de Homossexuais Revolucionários (CHOR), que durou apenas dois anos.

Esse grupo assistiu, em 1982, à retirada da homossexualidade do Código Penal, que datava de 1886 e, em seu artigo 71,

[...] punia com medidas de segurança – internamento em manicômio criminal, casa de trabalho ou colônia agrícola (por período de seis meses a três anos, para trabalhos forçados), liberdade vigiada, caução de boa conduta e interdição do exercício da profissão – quem se entregasse habitualmente à ‘prática de vícios contra a natureza’. (ALMEIDA, 2010a, p. 47)

No entanto, o mesmo Código criou um novo crime, constituído como “homossexualidade com menores”, prevendo pena de até três anos para o maior de idade que fizesse sexo com um menor de 16 anos. A mesma pena não existia para os heterossexuais.

Com a epidemia do HIV/Aids no país, no início da década de 90, os coletivos LGBT começaram a surgir e se organizar. Em 1991 foi criado um dos pioneiros, o Grupo de Trabalho Homossexual (GTH), dentro do Partido Socialista Revolucionário. Em 1995, foi fundada a seção portuguesa da Ilga (International Lesbian and Gay Association), mas o seu reconhecimento legal ocorreu em novembro de 1997, com a inauguração do Centro Comunitário Gay e Lésbico, em espaço concedido pela Câmara Municipal de Lisboa.

Em janeiro de 1996, as lésbicas criaram o Clube Safo (formalizado em 15 de fevereiro de 2002). Outros grupos que mantêm atividade e representatividade são o Opus Gay (desde 1997), o não te prives, o Grupo de Defesa dos Direitos Sexuais, em Coimbra (2001), e a Ex aequo – grupos de jovens LGBT (2003). (SANTOS, 2004a) Em 2004, militantes, alguns dos quais integravam a Ilga, criaram o coletivo Panteras Rosa.

Nos últimos 15 anos, Portugal avançou em alguns marcos legais que dizem respeito diretamente às questões LGBT. Em março de 2001, o Parlamento aprovou as chamadas “uniões de fato”, que permitiu o reconhecimento de uniões estáveis entre pessoas do mesmo sexo. Esse avanço, entretanto, se restringia mais às questões econômicas de quem já possui uma união estável e isso fez com que o movimento se mobilizasse para a aprovação do casamento, o que ocorreu em janeiro de 2010. Entretanto, simultânea a essa aprovação foi criada uma separação entre parentalidade e conjugalidade, o que impediu a adoção de crianças por casais de gays e lésbicas.

Em 22 de abril de 2004 foi aprovada a inclusão da orientação sexual no artigo 13 da Constituição, que proíbe várias discriminações (Lei Constitucional n.º 1/2004, de 24 de julho – a primeira do tipo na Comunidade Europeia). Apesar disso, a identidade de gênero não foi incluída na lista. Em 2007 foi aprovado, por referendo, o direito ao aborto, com significativo apoio e trabalho da militância LGBT e *queer*.

O Código Penal Português, que foi alterado em setembro de 2007 e em fevereiro de 2013, em seu artigo 240, criminaliza a discriminação racial, religiosa e sexual através do chamado discurso de ódio. Assim, esse artigo estabelece que é crime

[...] fundar ou constituir organização ou desenvolver atividades de propaganda organizada que incitem à discriminação, ao ódio ou à violência contra pessoa ou grupo de pessoas por causa da sua raça, cor, origem étnica ou nacional, religião, sexo, orientação sexual ou identidade de gênero, ou que a encorajem. (PORTUGAL; ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, 2013)⁸

Além disso, as motivações preconceituosas são relevantes também em casos de difamação, injúria, ameaças e atos de violência, enquanto circunstâncias agravantes.

A lei de identidade de gênero existe no país (Lei 07/2011), mas mantém o viés patologizante. O texto diz que “têm legitimidade para

⁸ Disponível em: < <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2013/02/03700/0109601098.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

requerer este procedimento as pessoas de nacionalidade portuguesa, maiores de idade e que não se mostrem interditas ou inabilitadas por anomalia psíquica, a quem seja diagnosticada perturbação de identidade de género.” (PORTUGAL; ASSEMBLÉIA DA REPÚBLICA, 2014) ⁹ O diagnóstico deve ser realizado por uma “equipe multidisciplinar de sexologia clínica”, composta por pelo menos um médico e um psicólogo.

Entre as lacunas legais em Portugal, apontadas por Almeida (2010a), estão a falta do reconhecimento explícito dos casamentos entre portugueses e estrangeiros do mesmo sexo, da possibilidade de concessão de asilo às pessoas perseguidas por orientação sexual, o fim da proibição da doação de sangue por homossexuais e a permissão da adoção. Neste texto, o pesquisador também detecta que a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), que tem uma trajetória que se inicia na década de 70, mas que no atual formato e nome existe desde 2007 para coordenar, no âmbito do governo federal, ações de combate aos preconceitos, tem priorizado a identidade de género de mulheres e menosprezado as questões de orientação e diversidade sexual e de género. Também aponta a falta de dados oficiais sobre os crimes de ódio, uma agência que investigue as denúncias de discriminação na esfera do trabalho (desde 2003, o Código do Trabalho proíbe a discriminação do trabalhador com base na orientação sexual), nas escolas e no acesso das mulheres solteiras e lésbicas aos programas de maternidade assistida.

Apesar das lacunas, é inegável que Portugal conta com marcos legais bem mais avançados para a população LGBT do que outros países. Como essas leis foram aprovadas? Que estratégias foram utilizadas? Que condições sociais, culturais e políticas permitiram essas conquistas? Os estudos sobre o tema e as entrevistas que realizei com dez pessoas pesquisadoras e ativistas do país apontam para uma série de razões, como desenvolverei na próxima seção do livro.

⁹ Leia a lei na íntegra em: <<http://ilga-portugal.pt/noticias/Noticias/lei72011.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2015.

Em Portugal, entrevistei pessoas dos coletivos Ilga Portugal, Clube Safo, Panteras Rosa, não te prives, *Queer Lisboa*, além da deputada Elza Pais, João Pereira, na época funcionário da CIG, e conversei com os pesquisadores Fernando Cascais, João Manuel de Oliveira e Conceição Nogueira. Uma outra pessoa também foi entrevistada e pediu anonimato e, por isso, será chamada aqui de Pessoa X.

Logo que cheguei a Lisboa soube, pelo perfil das Panteras Rosa no Facebook, que elas estavam envolvidas na organização de uma atividade em preparação ao Outubro Trans em Portugal. Tratava-se de um jantar beneficente seguido da exibição de alguns filmes e uma discussão sobre a importância da despatologização das identidades trans. A atividade ocorreu em uma associação localizada em um prédio ocupado, parecido com os que depois eu viria a conhecer na Espanha, onde as Panteras realizam algumas de suas atividades abertas ao público em geral. Cheguei um pouco atrasado, depois de me perder pelos labirintos um tanto escuros daquela área de Lisboa, e me surpreendi com a quantidade de pessoas no local, seguramente mais de 100. Animadas, todas comiam as chamadas francesinhas, um prato típico da cidade do Porto, mas que ali era chamado sugestivamente de “*transcesinhas*”. Foi neste dia que falei pela primeira vez, em ambiente offline, com Sérgio Vitorino, um dos fundadores do movimento LGBT de Portugal e um dos criadores das Panteras.

Ele estava feliz com a casa cheia, me deu boas-vindas com um sorriso sincero, me ofereceu o fanzine especial realizado para aquela ocasião, com vários textos em defesa da despatologização das identidades trans. Tinha em mãos, para vender, o livro *Trans Iberic Love*, de Raquel Freire (2013), cineasta e escritora. Perguntei sobre o livro e Sérgio disse: “É daquela ali (me apontou para uma moça que estava na rua conversando com uma pessoa trans bem mais alta que ela). Ela foi das Panteras e agora está transformando o livro em filme. Me disseram que eu sou um dos personagens”, disse, animado. Na contracapa, o texto diz que “*Trans Iberic Love* é a história de duas pessoas do século XXI que se apaixonam perdidamente uma pela outra e pela

revolução que protagonizam, do movimento *Queer* dos anos 2000 ao dos Indignados em 2011”.

Raquel nasceu no Porto, assim como Maria, uma das personagens do livro, que se apaixona por José, um homem trans de Barcelona que vira um ativista pelos direitos das pessoas trans e da luta pela despatologização das suas identidades. O livro estranha (*queeriza*) as formas de escrever um romance. Os textos se dividem como se fossem escritos por cada uma das personagens e o formato e a linguagem lembram aquilo que escrevemos em nossos e-mails e redes sociais. O livro colabora para entendermos uma parte do universo trans, de suas lutas, dores e delícias. Com linguagem acessível para um grande público (a obra estava sendo vendida em todas as livrarias de Lisboa), várias referências à música popular brasileira, a exemplo de Caetano Veloso e Elis Regina, consegue traduzir e tratar de questões complexas e, em especial, sensibilizar as pessoas que o leem sobre temas como heterossexualidade compulsória, heteronormatividade, performatividade de gênero, transfobia, disciplina e controle sobre os nossos corpos.

O primeiro contato com as Panteras não poderia ter sido melhor. A entrevista em profundidade com Sérgio Vitorino só foi realizada semanas depois, pois tivemos que remarcar o encontro algumas vezes. Uma das datas, inclusive, foi o dia da morte de minha mãe e eu não estava com a mínima condição de entrevistá-lo. “Já passei por isso, é duro, fique bem. Outro dia conversamos”, disse ele por e-mail. Marcamos nossa conversa semanas depois, numa fria tarde do início do inverno, ao ar livre, em um dos quiosques da praça Príncipe Real. Nos arredores é onde se concentram a maioria dos poucos bares e boates gays de Lisboa. A conversa foi tão boa que decidi publicar a entrevista na íntegra (COLLING, 2014b) na primeira edição da revista *Periódicus*, que o grupo de pesquisa Cultura e Sexualidade (CUS) lançou em maio de 2014.¹⁰

¹⁰ A íntegra pode ser lida em <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/10144/7249>>. Acesso: 10 dez. 2014.

As demais entrevistas também foram muito interessantes e me permitiram ter uma dimensão das discussões sobre políticas sexuais e de gênero no país. Uma das últimas entrevistas foi com o então presidente da Ilga Portugal, Paulo Côrte-Real, grupo institucionalizado mais importante do país, que me recebeu no casarão onde funcionava o Centro Comunitário do grupo. “Quem você já entrevistou?”, perguntou ele, logo no início. Ao saber da lista, esboçou uma reação negativa, do tipo, “já sei o que disseram sobre a Ilga”, mas manteve a amabilidade e enfrentou todas as questões com determinação.

A representante do Clube Safo, Anabela Rocha, na época havia sido recentemente escolhida para presidir o grupo, e também esboçou suas diferenças em relação à Ilga, em especial sobre sua resistência em tratar da pauta das pessoas poliamorosas. Semanas antes de terminar este livro, Anabela me informou que não é mais presidenta do Clube Safo.¹¹

A deputada Elza Pais, do Partido Socialista (PS), foi entrevistada por ser a ex-coordenadora da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Gênero (CIG), período em que tentou implementar algumas políticas de diversidade sexual no Estado português. Fui até a CIG e entrevistei o então funcionário João Pereira para saber como estava o trabalho atual e ele descreveu um quadro muito negativo, com o qual Paulo Côrte-Real, por exemplo, não concordou.

Também entrevistei os pesquisadores Fernando Cascais e João Manuel de Oliveira, que são mais ligados aos estudos *queer* e que acompanham o tema no país, e Conceição Nogueira, conhecida feminista que mora e leciona na cidade do Porto. Para completar a lista, entrevistei ainda Paulo Jorge Vieira, um dos coordenadores do grupo não te prives, e João Ferreira, organizador do festival de cinema *Queer Lisboa*.

¹¹ Tratarei sobre as razões na segunda parte do livro, na seção sobre Portugal.

Flertes no Chile

Cheguei em Santiago do Chile nos primeiros dias de janeiro de 2014 e fui recebido, logo no aeroporto, numa madrugada quente e seca (como seriam todos os dias e noites que por lá passei), pelo pesquisador, escritor e ativista Juan Pablo Sutherland, uma pessoa fundamental para a minha pesquisa porque me deu depoimentos, ótimas dicas e cedeu sua biblioteca particular. Tudo isso me auxiliou muito para entender o movimento LGBT e o ativismo *queer* do país. Eu já o conhecia porque, no VI Congresso Internacional de Estudos de Diversidade Sexual e de Gênero da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura (ABEH), que realizamos em Salvador, em 2012, o convidamos para participar de uma mesa-redonda sobre literatura. A primeira vez que eu soube da existência de Juan foi em uma entrevista com Paul B. Preciado, publicada em 2007 na revista *cadernos pagu*.¹² Preciado dizia que, no Chile, os dois maiores representantes do *queer* são Juan e o escritor Pedro Lemebel, que morreu em janeiro de 2015. A minha pesquisa aponta que o ativismo *queer* no Chile conta com vários nomes que, inclusive, possuem fortes divergências entre si.

Nas minhas leituras preliminares sobre o movimento LGBT do Chile, logo soube que a primeira aparição pública de algum coletivo homossexual ocorreu em 22 de abril de 1973, cinco meses antes do então presidente Salvador Allende ser deposto pelo golpe militar que durou até 11 de março de 1990, quando o ditador Augusto Pinochet foi substituído pelo presidente eleito Patricio Aylwin. Conforme conta Victor Hugo Robles ([2008?]), a aparição consistiu em uma manifestação com cerca de 25 homossexuais e travestis, que clamavam por liberdade. Foram ridicularizadas pela imprensa da época, inclusive da esquerda.

¹² Carrilo (2007). Leia a íntegra em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332007000100016>. Último acesso: 2 jan. 2014.

Em finais de 1977, em plena ditadura, foi criado um coletivo de homossexuais religiosos, o Integração, que tinham como objetivo conversar entre si sobre os seus problemas. Em 1984, as lésbicas criam o grupo Ayuquelén, que durou pouco tempo, mas que, entre suas integrantes, havia as que já questionavam a heterossexualidade obrigatória. (ROBLES, [2008?], p. 23)

No final da década de 80 o Chile vivia um período em que a ditadura, a cada dia, encontrava mais dificuldades de se manter. Com a expansão dos casos de HIV/Aids, um grupo de gays criou, em 1987, a Corporação Chilena de Prevenção do HIV/Aids, conhecida hoje como Acciongay. Até 2004, a organização estava apenas focada no combate à epidemia, mas a partir desse ano ampliou o seu espectro e atualmente também está inserida nas lutas por direitos.

Em 1988, entre os agitados protestos pela redemocratização do país, Pedro Lemebel e Francisco Casas criaram as Éguas do apocalipse. A dupla realizou uma série de performances públicas baseadas em uma estética travesti de rua que causou muito impacto. Segundo Robles, as audazes representações conseguiram forçar a inclusão do tema homossexual nos discursos políticos de oposição ao regime militar. Mais adiante voltarei a falar das Éguas e da obra de Lemebel, que podem ser consideradas como sintonizadas com o que hoje nomeamos de ativismo *queer*.

De um racha no Acciongay nasceu, em 28 de junho de 1991, um ano após a redemocratização do país, o Movilh, que então se chamava Movimento de Liberação Homossexual. O Movilh existe até hoje, mas desde a segunda metade da década de 90 se chama Movimento de Integração e Liberação Homossexual. A mudança ocorreu depois de uma grande e controversa tensão e divisão entre os integrantes do coletivo, que culminou na expulsão de Rolando Jiménez do grupo.¹³

¹³ Segundo os livros de Contardo (2012) e Robles ([2008?]), Rolando Jiménez foi expulso do Movilh Histórico, em 1994, após representar o grupo em uma conferência anual da Ilga em Nova Iorque. Na ocasião, a Ilga votaria o pedido de expulsão de uma organização chamada Nambla, que havia sido acusada de promover a pedofilia. O Movilh teria decidido pela abstenção na votação, mas Rolando votou contra a expulsão, o que irritou completamente os integrantes

No entanto, Jiménez se apropriou da marca Movilh, mudou o significado da sigla, manteve o grupo e levou consigo a marca do coletivo pioneiro. Por isso, hoje ativistas dizem que existem dois Movilh: um de Jiménez, que se mantém desde sempre na presidência do grupo, e o Movimento Unificado de Minorias Sexuais ou Movilh Histórico (MUMS), que foi criado em 28 de junho de 1998 para unificar as pessoas do primeiro Movilh e de outro coletivo chamado Centro Lambda Chile.

Os primeiros anos do Movilh foram marcados pela despenalização da homossexualidade, que era considerada crime no artigo 365 do Código Penal do país. A promulgação da despenalização ocorreu apenas em 1999. Em 2001, surgiu o primeiro coletivo travesti, o Traves Chile, presidido pela ativista Silvia Parada. Nos últimos anos, em Santiago, as travestis estão mais presentes no Sindicato Nacional Independente de Trabalhadoras Sexuais Amanda Jofré, criado em 2004. O nome é uma homenagem à travesti assassinada em 24 de novembro de 2002.

O ano de 2002 ficou marcado pela criação do CUDS (inicialmente chamado de Coletivo Universitário de Diversidade Sexual e, depois, de Coletivo Universitário de Dissidência Sexual) e de dois periódicos que inicialmente eram impressos e posteriormente se transformaram em sites da internet: *Opus Gay*, que não existe mais, e o *Rompendo o silêncio*, na web até hoje,¹⁴ mais dirigido ao público lésbico, sob a coordenação de Érika Montecinos. Por falar em mídia, de 1993 até 2007 foi ao ar o programa de rádio *Triângulo Aberto*, inicialmente realiza-

do grupo chileno. Em Contardo (2012, p.388), Rolando alega que o Movilh não tinha tomado uma decisão a respeito antes da viagem e reconhece que agiu muito mal nesse caso. Juan Pablo Sutherland, no mesmo livro e em entrevista pessoal para a minha pesquisa, disse também que a relação do coletivo com Rolando era muito ruim, porque “Jiménez tinha uma perspectiva de ‘normalização’ da homossexualidade, lhe incomodava muito a figura da loca. Rolando sempre brigou com as *Éguas do apocalipse* porque davam uma imagem que ele não gostava de ver associada à homossexualidade. Uma pessoa pode ter diferentes posturas, mas ele foi expulso porque não respeitou a votação do Movilh”. (CONTARDO, 2012, p.389)

¹⁴ <http://www.rompiendoelsilencio.cl/>

do com militantes do Movilh Histórico e depois do MUMS, entre eles Victor Hugo Robles e Juan Pablo Sutherland.

Em 2003, foram apresentados ao Parlamento os primeiros projetos para regularizar as uniões civis ou mudar o conceito de matrimônio para incluir a possibilidade de união entre duas pessoas do mesmo sexo. No início de 2014, dois meses antes do encerramento do mandato de Sebastián Piñera como presidente do Chile, o Parlamento aprovou um indicativo de que o projeto AVP (*Acuerdo de Vida en Pareja*) fosse discutido. O mesmo ocorreu com o projeto de lei de identidade de gênero em tramitação. No entanto, o mandato do presidente acabou em março de 2014 e somente em janeiro de 2015 a Câmara dos Deputados aprovou uma nova versão do AVP, que passou a ser chamado de Acordo de União Civil (AUC) entre pessoas do mesmo sexo. O projeto de lei de identidade de gênero continua em tramitação. Voltarei a tratar desses temas na segunda parte do livro, na seção sobre o Chile.

Em 29 de junho de 2004, um grupo de lésbicas criou o coletivo As Outras Famílias. Isso ocorreu após o paradigmático caso da juíza Karen Atala Riffo, que perdeu a guarda de suas três filhas porque seu ex-marido, Jaime López, alegou que, por ela ser lésbica e estar à época vivendo com outra mulher, Emma de Ramón, não poderia criar as crianças. A Justiça local acatou as alegações do marido em duas instâncias e Karen recorreu à Comissão Interamericana de Justiça contra o Chile. Depois de oito anos e meio, em 24 de fevereiro de 2012, o Chile foi condenado por violar o direito à igualdade e da não discriminação, o direito à vida privada e o direito a ser ouvido. Como reparação, o Estado teve que pagar uma multa para a juíza e suas filhas, oferecer a elas atenção médica e psicológica e publicar a sentença no Diário Oficial.¹⁵ (CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS, 2015) A realização de um ato público de reconhecimento

¹⁵ Veja íntegra da sentença em <http://corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_239_esp.pdf>.

de responsabilidade internacional também teve que ser realizado, o que ocorreu em dezembro de 2012.

Já em 2011 foi criada a Fundação Iguais, que teve como seu primeiro presidente o conhecido escritor de ficção Pablo Simonetti. Tida por boa parte do movimento como um grupo de gays de classe média alta, em pouco tempo de atuação o coletivo ganhou muita notoriedade no país.

Além do AVP, o principal marco legal conquistado pelo movimento LGBT do Chile é a chamada lei antidiscriminação, mais conhecida como Lei Daniel Zamudio, em referência ao nome do adolescente gay que foi assassinado barbaramente por um grupo de neonazistas em Santiago, em março de 2012.¹⁶ O crime acelerou a aprovação da lei, mas o projeto já tramitava desde 2005 no parlamento. A referida lei criminaliza vários tipos de discriminações, inclusive de orientação sexual e identidade de gênero. No entanto, a lei recebeu muitas críticas de todas as pessoas ativistas entrevistadas para esta pesquisa, independente de qual seja a sua perspectiva política e/ou teórica.

No Chile, as pessoas que entrevistei fazem parte dos coletivos Movilh, OTD (Organização de Transexuais pela Dignidade e Diversidade), CUDS, Rompendo o silêncio, Fundação Iguais, Acciongay, Movimento Unificado de Minorias Sexuais (MUMS), Secretaria de Sexualidades e Gêneros (Sesegen) e os ativistas e pesquisadores Victor Hugo Robles e Juan Pablo Sutherland. Ao contrário do que fiz em Portugal, no Chile resolvi começar pelo grupo institucionalizado mais antigo, o Movilh. Entrevistei o sisudo e controvertido Rolando Jiménez na sede do grupo que ele dirige. Respondeu às perguntas de forma seca e categórica, desqualificou o livro de Robles sobre o movimento LGBT e foi o único entrevistado que deixou evidente não ter nenhuma esperança com o mandato da presidente Michelle Bachelet, que iniciaria o seu segundo mandato nas semanas seguintes à entrevista.

¹⁶ O adolescente foi atacado por quatro pessoas em 2 de março de 2012 e veio a falecer 25 dias depois. O caso provocou comoção no país.

Depois foi a vez de conversar com Andrés Ignacio Rivera Duarte, que na época presidia a OTD. Ao contrário do que ocorre em alguns grupos, que possuem presidentes eternos, como é o caso do Movilh, a OTD realiza eleições e, em julho de 2014, elegeu Michel Riquelme para presidir o grupo. Foi mais uma das belas surpresas da pesquisa ter encontrado um ativista como Andrés, que me emocionou ao contar a sua história pessoal, marcada por momentos de muita transfbia. Sintonizado com perspectivas *queer*, Andrés também falou sobre suas tensões com parte do movimento, em especial quando Rolando Jiménez fala em nome da comunidade trans do país.

A terceira entrevista foi com Felipe Rivas San Martin, do CUDS, o coletivo mais sintonizado com as perspectivas *queer* que entrevistei no Chile. Além da entrevista, encontrei com Felipe em uma manifestação da qual o CUDS participou. Na ocasião, outra vez as pessoas que integram o grupo levaram às ruas de Santiago a sua campanha *Pelo direito de não nascer*, que luta pela legalização do aborto no país. Também encontrei integrantes do CUDS em outro evento sobre arte e política, realizado no lindo Museu da Memória, do qual participei e pude entender mais um pouco do trabalho do grupo. Embora possua o “universitário” em seu nome, o CUDS está para além de ser apenas um grupo acadêmico. Na verdade, o coletivo foi criado em 2002, na Universidade do Chile, mas os seus primeiros integrantes já estão formados e agora se reúnem e agem também fora do ambiente acadêmico.

Mais ligados à academia, mas também com ações fora dela, existem outros coletivos, como a Sesegen, que não se autoidentificam como *queer*, mas que possuem ações que poderíamos chamar de contradiscursivas, como a realização de cursos de BDSM¹⁷ na universidade, por exemplo. Foi o único coletivo de toda a pesquisa que fez

¹⁷ A sigla significa Bondage e Disciplina, Dominação e Submissão, Sadismo e Masoquismo.

questão de conceder a entrevista em grupo, com a presença de várias pessoas.¹⁸

O histórico e amável militante Victor Hugo Robles, que, em 1997, criou uma personagem que marcou e ainda marca o ativismo LGBT do Chile, o Che dos Gays, me recebeu em seu local de trabalho, uma livraria da Universidade Arcis. Os representantes dos demais grupos institucionalizados, Luis Larrain, da Fundação Iguais, Marco Becerra, da Acciongay, e Fernando Muñoz, do MUMS, foram entrevistados nas sedes das organizações nas quais militam, todas elas com uma infraestrutura muito boa em áreas diferentes da cidade.

Flertes na Argentina

Cheguei em Buenos Aires no início de março para mais uma etapa da pesquisa, que ocuparia dois meses de trabalho de campo. Ao sair do aeroporto de Ezeiza, ao mesmo tempo em que revivia agradáveis viagens anteriores à cidade, pensava sobre como seria importante e desafiador entrevistar a militância argentina.

A primeira pessoa que encontrei, para a pesquisa, foi a filósofa e ativista Moira Pérez, que há anos oferece um curso de introdução à teoria *queer* na cidade. Já acompanhava a página do curso no Facebook,¹⁹ a contatei e tivemos uma produtiva e interessante conversa informal. Participei do primeiro encontro de uma nova turma do curso, que naquela ocasião era formada por cerca de 20 pessoas muito interessadas nas reflexões *queer* e que se reuniam em um prédio recheado de salas usadas para cursos de pintura e música no bairro de Almagro. Logo percebi imensas semelhanças do curso com a disciplina que regularmente ministro no Programa Multidisciplinar

¹⁸ A quantidade de pessoas, aliado ao barulhento local escolhido para gravar a entrevista, prejudicou muito a decupagem da gravação e muitas falas das ativistas do Sesegen não puderam ser aproveitadas em minha pesquisa. Peço desculpas às pessoas que gentilmente se dispuseram a colaborar.

¹⁹ Ver em <<https://www.facebook.com/profile.php?id=100003725774199&fref=ts>>.

de Pós-graduação em Cultura e Sociedade, na Universidade Federal da Bahia.

Como fiz nos demais países, primeiro tratei de ler mais sobre a história do movimento social LGBT e suas principais conquistas, várias delas conhecidas internacionalmente. Felizmente, encontrei bons trabalhos acadêmicos. A história do movimento se inicia antes mesmo da longa ditadura que assolou o país. Segundo Rapisardi e Mordarelli (2001), a Frente de Liberação Homossexual Argentina (FLH), que defendia a questão da sexualidade como revolução, teve aparição pública na Praça de Maio, em 1973, e se dissolveu antes do golpe de Estado de 1976.

A trajetória do poeta, ativista e pesquisador Nestor Perlongher em seu país natal está inscrita nesta mesma história. Palmeiro, que estuda a vida e obra de Perlongher, sintetiza:

A histórica Frente nasceu em duas etapas. Em 1969, em um contexto de grande agitação política que seguiu à crise da ditadura do General Onganía, um pequeno grupo de sindicalistas homossexuais e comunistas de classe trabalhadora começou a se reunir em um subúrbio de Buenos Aires para discutir sobre suas experiências de exclusão, para organizar protestos contra a repressão policial e judicial e, em longo prazo, desarticular o conceito ideológico de homossexualidade como perversão. Esse grupo se chamava Nosso Mundo e foi fundado por Héctor Anabitarte, um ex-militante do Partido Comunista. Nesse clima de intensa politização, e inspirados nas experiências da luta antirrepressiva de Stonewall e nas contestações ao poder de Maio de 68, foi que alguns estudantes, escritores e profissionais se somaram ao Nosso Mundo em 1971. Surgia assim a Frente de Liberação Homossexual (versão livre do Gay Liberation Front norteamericano) que funcionaria até 1975, logo da intensificação da repressão policial prévia ao golpe cívico-militar de 1976. (PALMEIRO, 2014)²⁰

²⁰ Todas as traduções de trechos de referências bibliográficas em língua estrangeira são de minha autoria, exceto quando constar quem realizou ou auxiliou a tradução. As entrevistas

E continua Palmeiro:

Alguns desses estudantes conformavam o grupo Eros, um coletivo de orientação revolucionária e anarquista. Como tal transformaram a estrutura do Nosso Mundo, e criaram uma organização para a FLH que aspirava a ser antiautoritária e antiverticalista, como uma coordenadoria de grupos de ação autônomos: Eros (liderado pelo jovem Perlongher, que então tinha 22 anos), Nosso Mundo (sempre liderado por Anabitarte), Safo (grupo de lésbicas feministas), Emanuel (grupo cristão), Católicos Homossexuais Argentinos, Bandeira Negra (anarquistas), Grupo de Profissionais etc., somados a colaboradores periféricos, como os escritores Manuel Puig, Juan José Sebreli e Juan José Hernández. Ex-ativistas da FLH contam que na realidade a Frente tinha duas grandes vozes em tensão permanente: a linha anarco-trotskista de Perlongher (que se fazia chamar Rosa Luxemburgo) e a linha reformista de Anabitarte. A diferença do plano original do Nosso Mundo, a FLH propunha uma liberação homossexual no marco da iminência da liberação social e nacional que supostamente estava por ocorrer. (PALMEIRO, 2014)

Em texto que faz parte do livro *Prosa Plebeya*, Perlongher também escreve sobre o início da FLH e releva como e por que ocorreram os primeiros tensionamentos entre ativistas de então. Conta ele que os integrantes da FLH possuíam uma vertente mais marxista e as pessoas do grupo Eros, do qual ele fazia parte, que ingressaram em 1972, vinham igualmente com uma perspectiva de esquerda, mas também eram influenciadas pelo anarquismo. Essas diferenças ficaram evidentes, diz ele, no primeiro boletim da FLH, publicado em março de 1972. Enquanto um texto dizia que o objetivo da FLH era lutar para que a esquerda incorporasse as reivindicações homossexuais em seus programas, em outro se “privilegiava o papel da sexualidade e se falava com ceticismo de ‘cinquenta anos de revoluções socialistas’”. (PERLONGHER, 1997, p. 78)

em língua espanhola foram transcritas em língua portuguesa por mim e pelos bolsistas Leandro Stoffels e Érica Vilela.

Os tensionamentos continuaram com a chegada de Perón ao poder. Parte dos ativistas resolveu apoiá-lo, o que, posteriormente, segundo Perlongher, gerou um desencantamento, porque a repressão policial aos homossexuais não cessou. No final de 1973 a FLH lançou a revista *Somos*, que contou com oito edições de cerca de 500 exemplares impressos clandestinamente e de forma artesanal. A publicação acabou em janeiro de 1976. Em março daquele ano a ditadura argentina começou e os ativistas decidiram, em junho, acabar com a FLH. (PERLONGHER, 1997, p. 83) Foi quando Perlongher, depois de ser perseguido pela ditadura, decidiu se autoexilar no Brasil, onde intensificou as leituras e produções que o tornam mais sintonizados com o que hoje chamamos de um ativismo *queer*.

No entanto, como destacam Bellucci e Palmeiro (2013, p. 47), as pessoas do grupo Eros já liam Michael Foucault, Gilles Deleuze e Félix Guattari, através dos quais propunham, junto com outros autores, uma revisão da teoria marxista. Em *Prosa Plebeya*, que reúne artigos mais breves de Perlongher publicados em vários locais, alguns deles inclusive no jornal *Folha de S. Paulo*, mais do que em *O negócio do michê*, encontramos explicitamente essas posições políticas do pesquisador argentino.

Em um artigo, intitulado *El sexo de las locas*, publicado pela primeira vez em 1984, ele analisa a construção da heterossexualidade como normalidade e critica o que chama de normalização da homossexualidade, que criaria um modelo gay respeitável e deixaria nas margens novas marginalizadas, a exemplo das travestis e das “locas”. Acionando a ideia de devir-mulher de Guattari, ele propõe uma alternativa: “o sexo das locas, uma sexualidade loca, a sexualidade que é uma fuga da normalidade, que a desafia e subverte. Locas bailando nas praças, locas girando nas portas das fábricas, locas fazendo fila na porta dos banheiros”. (PERLONGHER, 1997, p. 33)

Neste mesmo livro, em outros textos, Perlongher (1997, p. 56) analisa, no calor dos acontecimentos, o que ele identifica como novos “dispositivos muito mais potentes” para o controle da sexuali-

dade com a proliferação do vírus HIV no Brasil. A epidemia, diz ele, mudava radicalmente o seu próprio campo de pesquisa realizado em *O negócio do michê*, o que ameaçaria tornar o livro uma “peça de arqueologia”.²¹

O movimento LGBT só voltou a contar com uma associação após o fim do regime militar. A Comunidade Homossexual Argentina (CHA) foi criada em 16 de abril de 1984, apenas quatro meses depois do início do primeiro governo civil pós-ditadura,²² na lendária boate Contramano, que existe até os dias atuais na rua Rodriguez Peña, 1082, frequentada em sua maioria por gays com idade acima dos 45 anos. Enquanto isso, as *bicudas* preferem a imensa boate Human ou a pequena Glam. Eu, além da Contramano, frequentei a Angels (onde é possível dançar ao som de músicas locais) e a KM Zero (com seus ótimos shows de transformistas e drags), para horror de alguns gays portenhos que me alertavam: “cuidado, nesses lugares só tem gente feia e muito ladrão”. Esse tipo de diagnóstico, discutível, classista, racista e quase sempre falso produz em mim o efeito contrário.

Essas leituras e divisões existentes nos locais de diversão e sociabilidade gay²³ (nos aqui citados existia pouca frequência lésbica e trans, exceto na Angels, onde as travestis eram significativas) são comuns em muitas cidades e não podem ser desprezadas. Isso porque elas dizem muito sobre as divisões e diversidades internas da comunidade LGBT e também sobre a constante produção de hierarquias em seu interior, que são produzidas e/ou que se refletem também

²¹ Sobre a sintonia de Perlongher com o que hoje chamamos de estudos e ativismo *queer*, leia o dossiê *Cartografia dos estudos queer na ibero-américa*, publicado na primeira edição da revista *Periódicus*, Disponível em <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/issue/view/871/showToc>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

²² Em 10 de dezembro de 1983 teve início o mandato do presidente Raúl Alfonsín e neste mesmo dia ocorreu a primeira aparição pública de diversos grupos de homossexuais que começavam a surgir no país. (BAZÁN, 2010)

²³ Buenos Aires é considerada e se vende comercialmente como uma capital amiga dos gays. Isso impulsionou o desenvolvimento de um amplo e forte mercado que pode ser dimensionado no mapa gay da cidade, Disponível em <<http://www.gmaps360.com/home/>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

nas políticas do movimento social, como será possível perceber no conjunto deste livro.

Outro lugar que frequentei em Buenos Aires foi a Casa Brandon, que se autodenomina como um clube de cultura *queer*.²⁴ Trata-se de um bar/teatro que possui uma variada programação, que inclui shows, performances, saraus de poesia, literatura, teatro e artes plásticas. Foi lá que assisti a uma memorável apresentação da artista Susy Shock, dias após ela ter recebido, da Legislatura da Cidade de Buenos Aires, a Declaração de Interesse para a Promoção e Defesa dos Direitos Humanos em função da obra *Poemário Trans Pirado*, de sua autoria.²⁵ Seu poema musicado, no qual ela diz “eu, reivindico meu direito de ser um monstro”, é declamado e cantado nessas apresentações como um hino pelas pessoas que lotam os espaços por onde ela anda.

Voltando à história da CHA: apesar da associação ter sido criada em 1984, ela só conseguiu ter personalidade jurídica em 20 de março de 1992, pois os órgãos responsáveis negaram várias vezes os pedidos de registro. O primeiro presidente da CHA foi o ativista Carlos Jáuregui, que ocupou o cargo até 1987, quando virou secretário de Direitos Humanos da organização. Em 1991, ele e mais três ativistas criaram o grupo Gay pelos Direitos Civis (Gay DC), que deixou de existir. A militância de Jáuregui é estudada pela pesquisadora e ativista Mabel

²⁴ Ver site da Casa Brandon em <<http://www.brandongayday.com.ar/>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

Outro local que se autodenomina como *queer* é o Tango *Queer*, que consiste em um curso de tango oferecido nas noites de todas as terças-feiras para pessoas LGBT no centro da cidade. Após a aula ocorre um baile de tango para qualquer pessoa que deseja dançar. Fui ao Tango *Queer* em duas ocasiões, e pelo menos nessas duas vezes o que vi, em sua maioria, foram gays estrangeiros brancos tentando aprender alguns passos de tango. Não tive vontade de voltar e, na minha rápida leitura, trata-se de uma apropriação equivocada do *queer* como sinônimo de gay, algo cada vez mais comum pelo mundo. Mais informações no <<https://www.facebook.com/pages/Tango-Queer-Buenos-Aires/46122212389?ref=ts&fref=ts>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

²⁵ O *Poemário Trans Pirado* também foi editado em um livro. (SHOCK, 2011a) Veja um trecho do *Poemário* em show em: <<https://www.youtube.com/watch?v=AmjjYZl8VL0>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

Bellucci (2010), autora do livro *Orgulho, Carlos Jáuregui, uma biografia política*. Em um texto escrito por ela e Palmeiro, ambas tentam encontrar semelhanças e diferenças entre Perlongher e Jáuregui e também sintonias deles com o que hoje nomeamos de ativismo *queer*, o que, em minha análise, como visto anteriormente, se percebe mais facilmente na vida e obra de Perlongher. Apesar disso, sobre Jáuregui e uma perspectiva *queer*, elas escreveram o seguinte:

Jáuregui era um ativista *queer* sem se propor a ser, foi quem começou a aprofundar mais ainda os laços estabelecidos para empurrar esse projeto que requeria capacidade organizativa e visão do atravessamento dos movimentos. Sem demasiadas voltas, chamou um por um dos novos e velhos grupos e lhes propôs escutar-se entre si. Fecharam o bar (Tasmania, em 1995) e só ingressaram os e as ativistas. Mescla de mito e realidade, a lenda conta que foram cinco encontros: um para os gays, outro para lésbicas, outro para travestis, outro para transexuais e o último para o desenho de estratégias. O lema de Carlos era fácil e eficaz, tal qual testemunha a ativista travesti Lohana Berkins, ao recordar as conclusões dessa plenária: ‘O movimento é uma mesa de quatro patas: lésbicas, gays, travestis e transexuais. Se uma pata falta, a mesa cai’. Dessas reuniões, as uniões de afinidades deveriam desenhar uma agenda comum. E assim se fez o Primeiro Encontro Nacional LGTT em Rosário, em 1996. Mais tarde, desse conglomerado de vontades resultou a Lei Antidiscriminação da cidade de Buenos Aires. De estas e outras tantas maneiras, com a primeira marcha do orgulho lésbico-gay em 1992, a confluência de gays e lésbicas ampliou as suas margens. (BELLUCCI; PALMEIRO, 2013, p. 72)

Jáuregui morreu em 20 de agosto de 1996, vítima de complicações geradas pelo vírus HIV.

Em 25 de junho de 1995, 15 travestis criaram a então ATA, Associação de Travestis Argentinas. Com o tempo, mais duas letras T foram incluídas na sigla: em 1996, o T de transexuais e, em 2001, o T de transgêneros. Por isso, hoje a associação usa a sigla ATTTA. (BAZAN,

2010, p. 459–460) O movimento transexual e travesti argentino ainda conta com outras associações, a exemplo da ALITT (Associação de Luta pela Identidade Travesti e Transexual), que foi criada em 1994 e também enfrentou dificuldades para realizar seu registro como pessoa jurídica. A ALITT é presidida pela ativista Lohana Berkins, que, em 2013, foi nomeada para coordenar a Oficina de Identidade de Gênero e Orientação Sexual, órgão ligado ao Observatório de Gênero na Justiça da Cidade de Buenos Aires. Em finais de 1997, fruto de uma união de pelo menos dois outros coletivos lésbicos que já existiam na cidade (Ameaça Lésbica e Musas de Papel), foi criado o coletivo A Fulana, que inaugurou o seu centro comunitário em 18 de setembro de 1998.

Antes da luta pela união civil ou pelo casamento igualitário, os primeiros grupos LGBT da Argentina estavam muito mais preocupados em acabar com os chamados *edictos* policiais que autorizavam a polícia a deter qualquer pessoa, inclusive quem aparentasse ser homossexual. Os tais *edictos* só foram excluídos em 4 de março de 1998 e previam multas ou detenção de 6 a 15 dias para quem se exibisse em “vias públicas ou lugares públicos vestidos ou disfarçados com roupas do sexo contrário, as prostitutas ou seu *servidumbre* que desde suas casas incitarem às pessoas e os sujeitos conhecidos como pervertidos”. (SABSAY, 2011, p. 86)²⁶

Sabsay (2011) analisou como ocorreu o fim dos *edictos* e o que os políticos argentinos colocaram em seu lugar. Inicialmente, o Código Contravencional da Cidade de Buenos Aires, sancionado em 9 de março de 1998, proibia a alteração da tranquilidade pública motivada pelo exercício da prostituição e quem se exibisse em vias públicas com roupa interior ou desnudo/a. Quatro meses depois, após pressão de setores conservadores, o mesmo artigo do referido código (71) proibia “oferecer ou demandar para si e outras pessoas serviços

²⁶ Os mesmos *edictos* também permitiam que a polícia multasse ou prendesse os mendigos por até 21 dias. Os “sujeitos conhecidos como profissionais do delito” e quem estivesse na “vadiagem” também podiam ser multados ou presos por até 30 dias. (SABSAY, 2011, p. 87)

sexuais em espaços públicos”. (SABSAY, 2011, p. 100) Ou seja, o trabalho sexual, em especial das travestis, estava proibido. Após muita discussão e pressão do movimento trans, em 23 de setembro de 2004 o código determinou que a oferta e demanda de sexo nos espaços públicos poderia ser realizada apenas em um determinado espaço autorizado pela municipalidade. Foi assim que foi criada, oficialmente, a zona vermelha oficial na área do Rosedal dos bosques do bairro de Palermo.

Sabsay analisa todo esse processo, inclusive a cobertura da imprensa argentina, através dos estudos *queer*, principalmente via Judith Butler. Seu foco é discutir como uma cidade e um país que estavam aparentemente avançando em temas LGBT resolve proibir o trabalho sexual, notadamente das pessoas trans, e depois restringi-lo em uma zona da cidade. Trataremos sobre suas interessantes reflexões na segunda parte do livro. Sobre os *edictos* em si, ela diz: “Os *edictos* foram uma máquina de subjetivação cujas fórmulas e práticas de interpelação performativa não paravam de produzir subjetividades segregadas”. (SABSAY, 2011, p. 87) Para termos uma ideia do número de pessoas detidas, Bazán (2010) conta que, apenas no período de 20 de dezembro de 1983 a 21 de março de 1984, 21.343 pessoas foram presas pela polícia para a averiguação dos seus antecedentes.

Apesar disso, Rapisardi e Mordarelli (2001) contam que durante a vigência dos *edictos*, em especial na ditadura, algumas *mariconas* portenhas (chamadas de *teteras*) faziam a festa nos banheiros públicos da cidade. Os autores fazem uma interessante análise de como foi sendo privatizado, via saunas e bares com quartos escuros, os espaços de pegação e sexo entre homens em Buenos Aires.

O casamento civil igualitário foi aprovado no Senado da Argentina no dia 15 de julho de 2010, depois de uma longa e polêmica discussão nas duas casas do parlamento e na sociedade em geral. Os livros de Bimbi (2010) e Bazán (2010) contam os detalhes de toda a luta do movimento social e as estratégias usadas. Parte delas serão citadas e analisadas mais adiante. Na verdade, a discussão sobre as uniões

entre pessoas do mesmo sexo remonta às uniões civis na cidade de Buenos Aires. Em 17 de janeiro de 2003, portanto mais de sete anos antes da aprovação da lei do matrimônio, foi promulgado o decreto lei que autorizava a união civil entre pessoas do mesmo sexo na capital do país. Quando a lei entrou em vigor, em 18 de julho de 2003, segundo Bazán (2010, p. 450), pela primeira vez um casal de homens gays formalizou a sua união civil naquela cidade. O casal era composto pelos militantes César Cigliutti e Marcelo Suntheim, presidente e vice-presidente da CHA.

Inicialmente, a CHA propôs o projeto de união civil também em escala nacional, posição contrária ao projeto defendido pela Federação Argentina LGBT (FALGBT), que, desde a sua criação, em 2005, defendia o matrimônio, seguindo as sugestões e estratégias da Federação LGBT da Espanha, que acabara de aprovar a lei no país.

O pontapé inicial da luta pelo projeto do matrimônio igualitário, para Bimbi (2010), é a tentativa de outro casal, desta vez de lésbicas (Cláudia Castro e Maria Rachid), de registrar o seu casamento em um cartório de Buenos Aires, no dia 14 de fevereiro de 2007. A negativa impulsionou a campanha pela aprovação do casamento civil igualitário. Rachid exerceu um papel importante nesse processo, pois na época presidia a recém-criada FALGBT. Em minha estadia em Buenos Aires, a entrevistei no parlamento da província de Buenos Aires, onde ela ocupava uma vaga como parlamentar. Rachid também já dirigiu o grupo de lésbicas A Fulana. Na época em que estive em Buenos Aires, o coletivo era presidido por Verónica Capriglioni, que também foi entrevistada para esta pesquisa.

Completando as conquistas legais, a Argentina aprovou, no dia 9 de maio de 2012, a Lei de Identidade de Gênero, que permite que qualquer pessoa mude a sua identidade de gênero assim que desejar, sem a obrigatoriedade da cirurgia de redesignação sexual ou qualquer diagnóstico médico. Essa lei é considerada a mais avançada do mundo e se transformou em uma grande aliada da luta mundial contra a patologização das identidades trans.

Como um país considerado bastante católico e conservador conseguiu aprovar, em pouco tempo, duas importantes leis? Que estratégias foram utilizadas? Quais os impactos dessas leis nos índices de violência contra LGBTs? Que outras estratégias são pensadas e gestadas a partir dessas leis? Que papel desempenharam os estudos da sexualidade, em especial os ligados à perspectiva *queer*, nesse processo?

Com essas e outras questões, parti para a realização das entrevistas. Comecei com o ativista e pesquisador Flavio Rapisardi, que me recebeu com muita simpatia e alegria em uma repartição do Ministério de Justiça e Direitos Humanos, onde trabalhava como assessor do Plano Nacional de Direitos Humanos. Rapisardi fez parte da Área de Estudos *Queer*, criada em 1997, inicialmente no interior da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires. O antecedente da área foi o grupo Eros, homônimo do criado por Perlongher, que foi reativado na mesma faculdade em 1993. A Área de Estudos *Queer* não ficou restrita ao ambiente acadêmico, pois ela também começou

[...] a intervir em lutas políticas na cidade de Buenos Aires. Foi com o Eros (o de Perlongher) como antecedente e modelo de articulação política e cultural que o termo '*queer*' foi importado para a Argentina tanto como perspectiva teórica-crítica como plataforma militante, em uma reformulação local. A Área de Estudos *Queer* se propunha, na ocasião, a retomar a tradição interrompida pela ditadura, idealizada por Perlongher no começo dos anos 70, de articular as lutas de classe com as de gênero e sexualidade em um movimento contracultural que se erguesse contra todas as formas de exploração, exclusão, repressão e discriminação, em uma aliança entre esquerda revolucionária e o feminismo. (BELLUCCI; PALMEIRO, 2013, p. 51)

Após entrevistar Rapisardi, em seguida foi a vez da parlamentar Maria Rachid (ex-presidente da FALGBT e que foi vice-presidente do Instituto Nacional contra a Discriminação, a Xenofobia e o Racismo, cargo ao qual renunciou em junho de 2011, após brigas e denúncias

realizadas por Claudio Morgado).²⁷ Além de Verónica Capriglioni, também entrevistei Esteban Paulón, presidente da Federação Argentina LGBT. Ambos me receberam no mesmo prédio onde se localizam, em andares separados, as sedes das duas associações, no centro de Buenos Aires.

Cesar Cigliutti, presidente da Comunidade Homossexual Argentina (CHA), é servidor público e me recebeu em seu local de trabalho, e Leonor Silvestri, ativista independente, escritora e *performer*, em seu apartamento. Por fim, em um café, no centro de Buenos Aires, entrevistei Marlene Wayar, histórica ativista travesti do coletivo Futuro Trans, criado entre 1999–2000, e que também integrou a Frente Nacional pela Lei de Identidade de Gênero, composta ainda por Lohana Berkins, que na época coordenava a Cooperativa Nadia Echazú, Mauro Cabral, da Global Action for Trans* Equality (GATE), Diana Sacayán, do Movimento Antidiscriminatório de Liberação, Blas Radi, militante trans independente, e Emiliano Litardo, advogado redator do projeto.²⁸

Meu propósito também era, desde o princípio da pesquisa, entrevistar o ativista Mauro Cabral. Enviei uma mensagem para ele, via Facebook, informando sobre minha pesquisa e meu interesse em entrevistá-lo em Buenos Aires. A resposta foi a seguinte: “Olá Leandro, muito prazer. Obrigado pelo convite, mas eu não participo de iniciativas acadêmicas deste tipo a menos que sejam produzidas por pessoas trans. É meu modo de protestar pela objetificação acadêmica de nosso trabalho, e pela ausência de pessoas trans realizando investigações. Obrigado por tua compreensão. Saudações, Mauro.” Eu apenas respondi: “ok, obrigado”.

²⁷ Mais informações sobre o caso em <<http://www.perfil.com/politica/Maria-Rachid-renuncio-al-INADI-despues-de-la-feroz-pelea-con-Morgado-20110610-0019.html>> e <http://www.clarin.com/politica/Sigue-escandalo-Rachid-loraban-pasillos_0_499750221.html>. Acesso em: 9 jan. 2015.

²⁸ Ver composição da Frente e seu histórico em: <<http://frentenacionaleydeidentidad.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 9 jan. 2015.

Na ocasião, fiquei paralisado com a resposta de Cabral, por isso preferi enviar uma mensagem curta, sem contestações. Hoje avalio a posição de Cabral de várias formas e penso que posturas como essas demandam análises sobre o quadro atual do ativismo e dos estudos sobre sexualidades e gêneros na Argentina, e também no Brasil, onde Cabral exerce influência em especial parte do transfeminismo que começou a ser articulado nos últimos anos.²⁹ Por isso, abro aqui um parêntese para aproveitar essa reação de Cabral e pensar um pouco para além da resposta dele ao meu pedido de entrevista.

Se, por um lado, é justa a reclamação de que poucas pessoas trans tenham produzido e/ou estejam realizando investigações sobre questões trans e que devemos escrutinar os trabalhos da academia para verificar quais deles objetificaram e exotificaram³⁰ a luta e a vida de travestis e transexuais, a posição de Cabral e outras similares também merecem ser contestadas em função de, pelo menos, um as-

²⁹ O transfeminismo não configura um bloco homogêneo e é possível perceber diferenças no interior de cada país e entre os países. Na Espanha, Itziar Ziga (2014, p. 83) diz: “prefiro formular o transfeminismo como mais uma atualização, aqui e agora, da radicalidade do feminismo. Uma atualização efervescente, movimentada, prometedora, ilusionante, que está acontecendo e, portanto, podemos presenciar e viver”. A também espanhola Sayak Valencia (2014, p. 112) entende o transfeminismo “como uma articulação tanto do pensamento como de resistência social que é capaz de conservar como necessárias certas suposições da luta feminista para a obtenção de direitos em certos espaços geopoliticamente diversos, que, ao mesmo tempo, integra o elemento da mobilidade entre gêneros, corporalidades e sexualidades para a criação de estratégias que sejam aplicáveis no local e se identifiquem com a ideia deleuziana de minorias, multiplicidades e singularidades [...]”. A pesquisadora trans e ativista brasileira Jaqueline Gomes de Jesus (2014, p. 5) diz que “o transfeminismo, algumas raras vezes chamado de feminismo transgênero, prolifera na internet, anuncia-se em blogs e se confraterniza em redes sociais, e pode ser definido como uma linha de pensamento e de prática feminista que rediscute a subordinação morfológica do gênero (como construção psicossocial) ao sexo (como biologia), condicionada por processos históricos, criticando-a como uma prática social que tem servido como justificativa para a opressão sobre quaisquer pessoas cujos corpos não estão conformes à norma binária homem/pênis e mulher/vagina, incluindo-se aí homens e mulheres transgênero; mulheres cisgênero hysterectomizadas e/ou mastectomizadas; homens cisgêneros orquiectomizados e/ou “emasculados”; e casais heterossexuais com práticas e papéis afetivossexuais divergentes do tradicionalmente atribuído, entre outras pessoas”.

³⁰ Penso que seria necessário também citar quais seriam esses trabalhos e denunciar como as pessoas autoras teriam feito isso. Sem isso, a crítica, ao que parece, é sempre generalizante.

pecto: posicionamentos como esses colocam todas as pessoas pesquisadoras no mesmo patamar e, portanto, simplificam a questão. E, com isso, acabam por produzir afastamentos entre quem estava ou poderia estar trabalhando em conjunto. Em relação ao meu trabalho, desafio qualquer outra pessoa a encontrar em minha produção alguma linha em que eu tenha tratado qualquer pessoa como “objeto” ou como ser exótico. Pelo contrário, tenho constantemente criticado exatamente as velhas metodologias de pesquisa que entendem e tratam os campos de pesquisa, sejam eles quais forem, como objetos. Tenho, reiteradamente, defendido que não podemos sequer usar a dicotomia entre referencial teórico e campo de pesquisa, porque isso pode produzir trabalhos que apenas aplicam determinado saber teórico sobre um campo, sem que as pessoas e saberes desse campo tenham a possibilidade de estranhar o próprio saber teórico.³¹

Posições como a de Cabral também podem produzir um “meia volta volver” a um certo tipo de essencialismo estratégico (que nem parece estratégico, mas essencialismo puro e simples) que pensávamos já estar suficientemente problematizado em nossos estudos, em especial em relação aos mais atuais e ao ativismo pós-reflexões oriundas dos estudos *queer*. Em nome da afirmação identitária de pessoas trans, que necessitam, é óbvio, dessas afirmações, de mais reconhecimento e legitimidade, as pessoas que não são trans (nomeadas de cisgêneras)³² passaram a ter seus trabalhos automaticamente

³¹ Ver, por exemplo, Colling (2014a, 2014b, 2013, 2011).

³² O conceito de cisgênero varia a depender de quem o utiliza. Em texto postado no blog *Transfeminismo*, Bia Pagliarini Bagagli conceitua cisgênero da seguinte forma: “[...] uma explicação simples é que se você se identifica como o gênero que lhe foi designado em seu nascimento, você é cis”. BAGAGLI, 2014) Hailey Kaas, outra importante ativista transfeminista brasileira, diz: “O alinhamento cis envolve um sentimento interno de congruência entre seu corpo (morfologia) e seu gênero, dentro de uma lógica onde o conjunto de performances é percebido como coerente. Em suma, é a pessoa que foi designada ‘homem’ ou ‘mulher’, se sente bem com isso e é percebida e tratada socialmente (medicamente, juridicamente, politicamente) como tal.” (KAAS, 2012) Jaqueline Gomes de Jesus diz que “[...] cisgênero é um conceito que abarca as pessoas que se identificam como o gênero que lhes foi determinado socialmente, ou seja, as pessoas não-transgênero [...]”. (JESUS, 2014) No texto *O cisgênero existe* (DUMARESQ, 2014), publicado no site *Transliteração*, é possível encontrar definições

questionados ou considerados como objetificadores/exotificadores simplesmente porque seriam pessoas cis falando sobre o universo trans. Assim, a potência do conceito de cisgênero, que nomeia as pessoas que se identificam com o gênero atribuído no momento do seu nascimento, se transforma na retomada, ao pior estilo do essencialismo, de uma dicotomia entre pessoas trans *versus* pessoas cis.

Da esteira dos estudos *queer*,³³ que enfatizaram e revelaram o jogo perverso do binarismo de gênero e que destacaram as inúmeras

parecidas: “A definição mais antiga de ‘cisgênero’ que encontrei é esta: ‘Uma vez que definimos gênero como ‘as características comportamentais, culturais ou psicológicas associadas a um sexo, cisgênero literalmente significa: estar do mesmo lado das características comportamentais, culturais ou psicológicas associadas a um sexo. Simplificando, significa que a identidade e apresentação de alguém é compatível com sua morfologia física’.” O texto também cita Julia Serano, que define cisgênero assim: “Como alguém que foi designada masculina ao nascer, mas que vive e identifica-se como feminina, eu devo ser descrita como uma mulher transexual, mulher transgênera ou mulher trans. Aquelas mulheres que (diferentes de mim) foram designadas femininas ao nascer, devem ser descritas como mulheres cissexuais, mulheres cisgêneras ou mulheres cis.” Ainda no mesmo texto, Viviane Vergueiro (apud DUMARESQ, 2014) define: “Cisgeneridade eu entendo como um conceito analítico que eu posso utilizar assim como se usa heterossexualidade para as orientações sexuais, ou como branquitude para questões raciais. Penso a cisgeneridade como um posicionamento, uma perspectiva subjetiva que é tida como natural, como essencial, como padrão. A nomeação desse padrão, desses gêneros vistos como naturais, cisgêneros, pode significar uma virada descolonial no pensamento sobre identidades de gênero, ou seja, nomear cisgeneridade ou nomear homens-cis, mulheres-cis em oposição a outros termos usados anteriormente como mulher biológica, homem de verdade, homem normal, homem nascido homem, mulher nascida mulher, etc. Ou seja, esse uso do termo cisgeneridade, cis, pode permitir que a gente olhe de outra forma, que a gente desloque esse posição naturalizada da sua hierarquia superiorizada, hierarquia posta nesse patamar superior em relação com as identidades Trans, por exemplo.” O texto do site *Transliteração* foi uma resposta ao texto de Carla Rodrigues (2014), intitulado *O cisgênero não existe* (ver <<http://www.blogdoims.com.br/ims/o-cisgenero-nao-existe>>. Acesso em: 10 jan. 2015).

- ³³ Jaqueline Gomes de Jesus (2014) identifica que parte das críticas ao conceito de cisgênero “advém de grupos que advogam a abolição de identidades, sob a influência das Teorias *Queer*” (ver <<http://blogueirasfeministas.com/2015/01/a-verdade-cisgenero/>>). Penso que aqui existe um grande equívoco. Os estudos *queer*, na minha leitura, reforçada com a pesquisa deste livro, não defendem a abolição das identidades. Como este livro demonstra, em muitos casos os estudos e os ativismos *queer* são inclusive hiper-identitários. No entanto, sempre com críticas aos limites das políticas identitárias e às estratégias usadas pelos movimentos LGBT para a conquista de alguns marcos legais que, em boa medida, estão inscritos dentro de uma lógica heteronormativa.

possibilidades de gêneros em nossa sociedade, parece que essa discussão recai novamente em uma dicotomia entre pessoas transgêneras *versus* cisgêneras, que não percebi existir, por exemplo, na Espanha, Portugal e Chile. Na Espanha, ao que parece, o prefixo “trans” na palavra “transfeminista” parece ser muito mais enfatizado e valorizado pelas pessoas do ativismo. “O prefixo ‘trans-’ não significa só não-binário, mas sim, sobretudo, não ossificado, não antagonista. Aberto, promíscuo, ágil, generoso, aventureiro”. (ZIGA, 2014, p.84) “O prefixo ‘trans-’ faz referência a algo que atravessa o que nomeia. O reverbera e o transmuta; aplicado aos feminismos, cria um trânsito, uma migração entre as ideias”. (VALENCIA, 2014, p. 112)³⁴

Por isso, lanço algumas perguntas: como seria possível fugir do binarismo cis *versus* trans sem perder a força política do conceito cis e do que ele e as demais colaborações do transfeminismo já produziram e continuam produzindo?³⁵ Na minha avaliação, os conceitos de cisgênero, cistema, etc., já produziram um impacto muito importante em nossos estudos e ativismos. Entre esses impactos destaco o fato de terem colaborado para enfatizar que não apenas as pessoas trans possuem identidade de gênero e de que algumas identidades possuem privilégios se comparadas com as identidades de gênero das pessoas trans. As pessoas trans, literalmente, “arrombaram a porta” dos estudos sobre sexualidades no Brasil e em outros países – lembro dessa expressão via Stuart Hall (2003), quando ele fala sobre como

³⁴ Penso que essa compreensão sobre o prefixo “trans-”, no transfeminismo espanhol, também tem a ver com quem é definido como sujeito do transfeminismo. Para as espanholas, as sujeitas do transfeminismo não são apenas as pessoas tidas como trans, mas as “multidões *queer* que, através da materialização performativa, conseguem desenvolver agenciamentos locais”. (VALENCIA, 2014, p. 112)

³⁵ A ativista Hailey Kaas (2012) disse: “Não queremos criar uma dicotomia entre pessoas cis e pessoas trans* e sim evidenciar o caráter ilusório da naturalidade da categoria cis.” No entanto, a dicotomia acabou por ser instalada, talvez como resultado indesejado. Já presenciei pessoas trans defenderem o conceito de cisgênero dizendo que usamos outras dicotomias, como hetero e homossexual, e que dicotomias como essas não são rechaçadas como transgênero *versus* cisgênero. Ainda que isso possa, em muitos casos, ser verdade, a justificativa não enfrenta a crítica, pois o binarismo heterossexualidade *versus* homossexualidade também é e deve continuar sendo problematizado.

as mulheres entraram nos Estudos Culturais na Inglaterra. Esse arrombamento foi, e continua sendo, algo importante que aconteceu nos últimos anos no Brasil e em outros países. Eu não avalio que todas as tensões e brigas que ocorreram e continuam ocorrendo sejam um problema no sentido negativo. Pelo contrário, penso que algumas pessoas trans ligadas ao transfeminismo deram nova vida aos estudos, trouxeram novas necessidades, novas reflexões, forçaram a produção de novos conhecimentos. Isso tudo é muito louvável e, portanto, não compactuo com ideias como a de Carla Rodrigues, que escreveu o texto *O cisgênero não existe*.³⁶

No entanto, penso que agora as pessoas implicadas necessitam produzir uma colaboração conceitual e teórica fundamental para esse debate. E, nesse sentido, formulo mais questões para quem desejar enfrentar esse desafio: quais são as diversidades no interior do segmento trans? Como é possível sustentar a expressão trans, pensado como “guarda-chuva”,³⁷ sem apagar identidades históricas, como a das travestis, por exemplo? E quais as diversidades que encontramos entre as pessoas cis? Poderíamos dizer que existem escalas, graus variados, de cisgeneridade? E o que se leva em consideração para nomear alguma pessoa como cisgênera?³⁸ A materialidade do corpo (o que apontaria para um retorno à “biologia”) ou a performatividade de gênero? Um gay afeminado, por exemplo, que não performa o seu gênero da maneira como exige a norma, é trans ou cisgênero? Podemos dizer, em termos absolutos, que alguém consegue perfeitamente “estar do mesmo lado das características comportamentais, culturais

³⁶ <<http://www.blogdoims.com.br/ims/o-cisgenero-nao-existe>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

³⁷ O site *Transfeminismo* usa a expressão “trans*” (com o asterisco) como um guarda-chuva para abrigar todas as identidades transexuais, transgêneras e travestis. Ver <<http://transfeminismo.com/trans-umbrella-term/>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

³⁸ Viviane V (apud DUMARESQ, 2014) diz que usa o conceito de cisgênero assim como se usa o conceito de branquitude. No entanto, a branquitude nunca foi pensada como algo inerente apenas às pessoas brancas. A branquitude também incidiu, e ainda incide, sobre as pessoas negras. Da mesma forma, usamos o conceito de heteronormatividade, que não incide apenas sobre as pessoas heterossexuais, mas também sobre as pessoas não-heterossexuais.

ou psicológicas associadas a um sexo”? Quantas pessoas vacilam nessa tentativa de seguir a norma para estar desse “mesmo lado”? (DUMARESQ, 2014)³⁹ Quais são as relações e problematizações possíveis entre os conceitos de cisgeneridade, heterossexualidade compulsória e heteronormatividade? Em que medida um conceito se diferencia do outro? Em que medida um acrescenta ao debate do outro? É necessário utilizar esses conceitos em conjunto ou abandonar o conceito de heteronormatividade?⁴⁰

Gostaria que meus questionamentos e posicionamentos não fossem lidos como uma desconsideração ao ativismo transfeminista, que também é diverso entre si e tem dado importantes contribuições aos estudos e políticas sexuais e de gênero. Além das já elencadas, cito a reflexão e luta pela ampliação da categoria mulher, que ainda produz embates com setores do feminismo que não consideram as mulheres trans como mulheres e, por outro lado, consideram homens trans como mulheres. A vivência singular dessas pessoas transfeministas, que pela primeira vez falam por si próprias, sem dúvida empoderou muitas pessoas e colaborou para a ampliação de nossas compreensões sobre o campo das sexualidades e gêneros. Por essas e outras razões, as questões que levanto são formuladas no sentido de contribuir para o debate.

Fecho aqui o longo parêntese, motivado pela resposta de Mauro Cabral ao meu pedido de entrevista, e volto ao tema principal desta seção, que trata sobre a minha aproximação com o movimento LGBT argentino e suas conquistas, que já foram avaliadas criticamente por diversas pessoas. O livro organizado por Daniel Jones, Carlos Figari e Sara Barrón López (2012), intitulado *A produção da sexualidade – políticas e regulações sexuais na Argentina*, por exemplo, tem o

³⁹ Ver <<http://transliteracao.com.br/leiladumaresq/2014/12/o-cisgenero-existe/>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

⁴⁰ Algumas dessas questões estão sendo enfrentadas por pesquisadoras transfeministas, a exemplo de Viviane Vergueiro, em dissertação em elaboração no Programa Multidisciplinar em Cultura e Sociedade, da Universidade Federal da Bahia.

propósito de pensar criticamente, através dos estudos *queer* inclusive, as conquistas legais do país no tocante às pautas LGBT. Já no prólogo, Juan Marco Vaggione elenca algumas dessas conquistas e dá o tom do livro:

Leis a favor do acesso universal a anticoncepcionais, a obrigação da educação sexual nas escolas, o direito ao casamento para pessoas do mesmo sexo ou a sanção no Congresso da lei de identidade de gênero permitem pensar que habitamos uma etapa diferente na política sexual que nos empurra a renovadas análises e leituras críticas [...] que requerem não só visibilizar outras situações de exclusão e marginalização senão também um pensamento crítico sobre as mesmas conquistas alcançadas. (VAGGIONE, 2012, p. 13)

Uma das leituras mais críticas presentes nesse livro foi realizada por Renata Hiller (2012) em relação ao matrimônio e a heteronormatividade. Trataremos dessas e outras críticas na segunda parte do livro. Antes, voltaremos para a Europa.

Flertes na Espanha

Cheguei a Madri quase no final de maio de 2014 para a última fase da pesquisa de campo. O período não poderia ser melhor, pois nas semanas seguintes pude participar de duas atividades realizadas em torno do dia 28 de junho: uma delas foi o Orgulho Madri 2014, que consistiu em uma série de atividades organizadas por vários coletivos que se contrapõe ao Orgulho organizado pelos grupos institucionalizados, a saber, COGAM, Federação LGBT e a Associação de Empresas e Profissionais para Gays e Lésbicas (AEGAL),⁴¹ um grupo de empresários da cidade, em especial o localizado no bairro Chueca. Também participei de atividades do chamado “orgulho oficial” e de sua imensa parada, chamada de “marcha”, que reúne cerca de dois milhões de pessoas. Com isso, pude incluir em minha pesquisa algo além do

⁴¹ <http://www.aegal.es/>

que fiz nos outros países, onde basicamente realizei entrevistas e li bibliografia sobre o tema. Em Madri, além disso, pude esboçar alguma tentativa de pesquisa participante, que se refletiu em boas notas de campo que serão utilizadas e analisadas na próxima seção do livro.

A Espanha também foi um país escolhido em função de contar com alguns marcos legais importantes para a população LGBT. O casamento entre pessoas do mesmo sexo foi aprovado e se transformou na lei número 13, que entrou em vigor no dia 3 de julho de 2005. Algumas questões sobre esse tema, inclusive limites dessa lei no combate aos preconceitos, já foram estudadas por Mello (2007). Na Espanha, há anos existe um grande debate sobre a despatologização das identidades trans, tema também já estudado por algumas pesquisadoras brasileiras, a exemplo de Bento (2006; 2011). Essa é uma das lutas que dialoga muito com as políticas das diferenças, porque, entre outras coisas, problematiza a normatização dos corpos e o “regime de verdade” da medicina sobre a sexualidade.

A Espanha aprovou em 2007 uma lei de identidade de gênero que, naquele momento, foi considerada um passo importante, mas que hoje sofre críticas de vários setores porque segue considerando as pessoas trans como enfermas, ao contrário da lei argentina e da proposta em tramitação no Chile. Entrarei em detalhes sobre esse tema na próxima seção, considerando as vozes de pessoas trans, como as do coletivo El hombre trans, de Madri.

Mas as duas leis (casamento e identidade de gênero) não são as únicas conquistas legais do movimento espanhol, que possui uma longa história que remete, pelo menos, ao ano de 1971, quando o Movimento Espanhol de Liberação Homossexual (MELH) ainda agia na clandestinidade. O país vivia sob a longa ditadura de Francisco Franco, que durou de 1939 a 1976. Somente com a morte de Franco, em 1975, o movimento pôde ir às ruas. (BARBADILLO, 2008, p. 25)

A nova Constituição pós-ditadura, de 1978, já garantia a proibição das discriminações por “nascimento, raça, sexo, religião, opinião ou qualquer outra condição ou circunstância pessoal ou social”.

O Tribunal Constitucional espanhol, em 2006, decidiu que no item “qualquer” deve ser incluída a orientação sexual e a identidade de gênero. A dimensão desse avanço pode ser percebida quando somos lembrados de que, em 1970, foi criada na Espanha a Lei de Periculosidade e Reabilitação Social (LPRS), que

[...] considerava os homossexuais propensos a realizar determinados delitos por sua opção sexual, ou seja, um delito sem que este tivera chegado a cometer. Através desta lei um conjunto de minorias sexuais se converteu em ‘perigosos sociais’, para os quais se desenhou uma série de medidas de ‘cura’ e tratamento. Com este fim se criaram dois centros de reabilitação, um em Huelva para os homossexuais ativos e outro em Badajoz destinado aos passivos, ainda que a maior parte das condenações fosse cumprida em cárceres convencionais. (BARBADILLO, 2008, p. 25-26)

Além da LPRS, a ditadura franquista também perseguia os homossexuais através do que nomeava por “delito de escândalo público”. Também existia o Código de Justiça Militar, que dispunha de itens para perseguir os homossexuais que integravam as corporações militares. O tal delito de escândalo público, que se manifestava através dos artigos 431 e 432 do Código Penal, foi derogado apenas em 1988. “Bolleras, trans e maricas⁴² podiam, a partir de então, andar de mãos dadas, beijar-se, comportar-se livremente sem que as detivessem e as fizessem passar a noite no calabouço.” (BARBADILLO, 2008, p. 27)

Como eu disse anteriormente, a história do movimento LGBT na Espanha é longa e, assim como fiz em relação aos demais países, não é minha proposta recuperar todas as trajetórias. No entanto, é claro que não devemos desconhecer essa história para compreender-

⁴² Mantive as palavras “*bolleras*” e “*maricas*” em espanhol porque não existe uma possível tradução dos seus significados, mas ambas eram, e ainda o são, usadas de forma pejorativa para insultar lésbicas e gays, algo como “sapatonas” e “viados/bichas” no Brasil. Esses insultos na Espanha também passam a ser mais ressignificados a partir dos estudos e do ativismo *queer* no país. Um evidente exemplo é a Assembleia Transmaricabollo, coletivo que será analisado na próxima seção deste livro.

mos a configuração atual, esta sim uma das propostas centrais desta pesquisa. Felizmente, existe uma série de bons estudos que contam e analisam a história do movimento LGBT espanhol, desde o seu princípio até os anos mais recentes, inclusive quando começam a ser criados coletivos de ativismo *queer* no país.

Um desses bons estudos, que possui muitos pontos de contato com minha pesquisa por realizar uma crítica às políticas identitárias a partir dos estudos e ativismos *queer*, foi realizado pela ativista e pesquisadora Gracia Trujillo Barbadillo (2008). Em seu livro, fruto de sua tese de doutorado, ela faz uma ampla e criteriosa análise do movimento LGBT e do ativismo *queer* espanhol, de 1977 a 2007, com especial destaque para a mobilização lésbica. Aliás, as lésbicas possuem um grande protagonismo no ativismo espanhol (assim como na Argentina), o que não pode ser dito, por exemplo, quando se analisa os movimentos de Portugal e Chile. Reflito um pouco sobre as razões dessas diferenças na próxima seção.

Mas enfrentemos um pouco da história do movimento LGBT e do ativismo *queer* na Espanha. Com o fim da ditadura de Franco, como disse antes, o MELH saiu da clandestinidade e foi o embrião do posterior Front d'Alliberament Gai de Catalunya (FAGC), criado em 1975 em Barcelona. Segundo Borobia (2001), a FAGC, apesar de contar com o gai (sem o “y”) em seu nome, rechaçava a ideia de uma identidade gay. Começava aí uma das primeiras tensões que depois irá se prolongar e provocar mais rupturas que ainda hoje existem, de alguma forma, entre o movimento LGBT institucionalizado e o ativismo *queer*.

A FAGC, explica Borobia (2001, p. 98-99), entendia que a ideia de uma identidade gay consistia

na defesa de um discurso que enfatizava a diferença essencial entre o homossexual e o heterossexual, diferença que se reafirmava mediante a construção e solidificação dos guetos. A FAGC, pelo contrário, acreditava em uma sociedade sem classes, categorias ou demais papéis sociais que ocultaram através de sua aparência situações de opressão.

Isso fazia com que o grupo desenvolvesse ações políticas muito pouco institucionalizadas, com escassa negociação com os políticos já estabelecidos, com estratégias mais focadas na visibilidade e na luta cultural. Mais adiante, o autor explicita melhor as primeiras diferenças entre os primórdios do ativismo espanhol, que ele divide em dois grupos: radicais e revolucionários ou reformistas, como os primeiros tratavam os segundos.

Os radicais advogavam por uma luta direta nas ruas, renegavam qualquer intento de incorporação institucional, favoreciam a visibilidade de *todos* os elementos do movimento homossexual (especialmente os menos integráveis) e desenvolviam um discurso especialmente virulento em relação com as estruturas de opressão ‘falocráticas e patriarcais’ dominantes. Os revolucionários, pelo contrário, se viram imersos em um discurso bastante possibilista (mas eficiente em termos de impacto político) que ‘esquecia’ de alguma maneira tanto a luta cultural como as necessidades não-legais dos próprios homossexuais. (BOROBIA, 2001, p. 103, grifos do autor)

Em Madri, conta Borobia, o MELH teve apenas uma experiência efêmera e os primeiros grupos foram o Mercúrio, a Frente Homossexual de Ação Revolucionária (FHAR), que possuía a mesma linha do grupo francês do mesmo nome,⁴³ do qual participou Guy Hocquenghem, hoje considerado um dos precursores dos estudos e ativismo *queer* na França, (PRECIADO, 2009) e o Movimento Democrático de Homossexuais (MDH). Além disso, dezenas de coletivos começaram a ser criados em outras regiões da Espanha.

Os três maiores coletivos mistos de Madri, que hoje são os mais representativos do movimento LGBT institucionalizado, são o Coletivo de Lésbicas, Gays, Transexuais e Bissexuais de Madri⁴⁴ (COGAM), que foi registrado oficialmente em 28 de setembro de 1986, a Funda-

⁴³ Sobre a história do grupo francês, ler (BRÉVILLE, 2011) <http://www.diplomatique.org.br/edicoes_especiais_artigo.php?id=55>. Acesso em: 10 jan. 2015.

⁴⁴ Ver: <<http://www.cogam.org/>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

ção Triângulo,⁴⁵ originada em 1996, depois de mais uma cisão dentro do COGAM, que se dividiu entre seguidores do pluralismo e do comunitarismo, conforme irei analisar na próxima seção, e a Federação Estatal de Lésbicas, Gays, Transexuais e Bissexuais (FELGTB), da qual o COGAM é membro fundador.

A história da FELGTB⁴⁶ remonta ao ano de 1992, quando foi criada a então FEGL (Federação Estatal de Gays e Lésbicas). Em 2000, o nome passou a ser FELG (Federação Estatal de Lésbicas e Gays), e dois anos depois foi incorporada a letra T. Somente em 2007, no IV Congresso da FELGT, em Madri, se realizou o acordo para incluir a letra B nas siglas, passando a FELGT a denominar-se FELGTB, que hoje, segundo seu site, conta com cerca de 60 associações filiadas.

Para esta pesquisa, entrevistei a ex-presidenta da FELGTB, Beatriz Gimeno, que estava à frente da organização quando foi aprovado o casamento civil igualitário no país. A presidenta da Federação, Boti G. Rodrigo, se dispôs a ser entrevistada apenas por e-mail, condição com a qual não aceitei. Gimeno é uma simpática senhora, que me recebeu em seu local de trabalho, no setor de turismo de Madri, que fica localizado na bela e histórica Praça Maior. Ainda permanece como ativista, participa das marchas do orgulho oficial e possui polêmicas posturas em relação à prostituição, defendidas inclusive em um livro (GIMENO, 2012).

Os demais entrevistados dos coletivos mais institucionais foram Miguel Angel (da Triângulo), e Esperanza Montero Maset e Ronny de la Cruz Carbonel (presidenta e vice-presidente do COGAM). Detalhe interessante: de todas as entrevistas que realizei para esta pesquisa, Esperanza foi a única que fez questão de enfatizar que é bissexual e Ronny é o único ativista negro que encontrei na cúpula dos movimentos sociais com os quais tive contato.

⁴⁵ <<http://www.fundaciontriangulo.org/>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

⁴⁶ <<http://www.felgtb.org/>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

Voltando à história, Gracia Barbadillo divide o movimento de lésbicas da Espanha, durante os 30 anos relativos à sua pesquisa, em três ondas.

As primeiras lésbicas em organizações foram as valencianas e as catalãs. No verão de 1977 se põe em marcha o Coletivo de Lésbicas no interior do Front d'Alliberament Homosexual del País Valencià (FAHPV) e, pouco depois, o Coletivo de Lésbicas de Barcelona (CLB) na FAGC. (BARBADILLO, 2008, p. 25)

A primeira onda se inicia após o fim da ditadura e se concentra nas primeiras organizações e na luta contra resquícios legais e autoritários do período franquista. Na segunda, a partir da década de 80, as lésbicas sublinham a dimensão de gênero da identidade coletiva, o que faz com que elas passem a se autoidentificar, antes de mais nada, como “mulheres”, e não como apenas lésbicas, ou como “feministas lésbicas”. Na década de noventa começa a acontecer uma série de mudanças no movimento lésbico e, com isso, a ênfase na dimensão sexual da identidade lésbica passa a ganhar mais força. É o período da terceira onda. “No começo dos anos noventa, as feministas lésbicas ou as lésbicas feministas convivem com o ativismo gay e lésbico, centrado na reivindicação de avanços legais como a lei de uniões de fato, e com o discurso *queer* ou radical, orientado à mudança social e à denúncia nas ruas”. (BARBADILLO, 2008, p. 27) Após 2007, quando encerra a pesquisa de Gracia, esses movimentos não cessam de se modificar.

Em textos mais recentes, (Barbadillo, 2013) a pesquisadora nos dá pistas para pensar em uma outra onda (a quarta) do movimento lésbico espanhol, que já estava presente na terceira, mas começa a ganhar mais corpo com a leitura da obra de Monique Wittig (2006), através da qual as lésbicas iniciam as suas reflexões sobre a máxima “as lésbicas não são mulheres”. “O posicionamento wittigiano abriu o horizonte da categoria ‘lésbica’ que, como toda categoria identitária, era insuficiente para dar conta da multiplicidade de sujeitos diversos, que se autodefinem de formas distintas. As lésbicas não são

mulheres ou são, quando menos, *outras* mulheres”. (BARBADILLO, 2013, p. 202)

No entanto, o próprio livro, cujo título é *Las lesbianas (no) somos mujeres – em torno a Monique Wittig*, (BRIONES, 2013) do qual faz parte este artigo de Gracia, nos mostra que esse debate está longe de acabar na Espanha. Nele constam vários textos que defendem que as lésbicas são, sim, mulheres, cujas autoras demonstram seu rechaço e/ou desconhecimento sobre as reflexões tanto de Wittig como de outras autoras ligados aos estudos *queer*. O debate que ocorreu no lançamento do livro, dentro das atividades do Orgulho 2014, organizado por coletivos dissidentes do orgulho oficial, que será tratado na próxima seção, também demonstra o mesmo.

Os textos de Barbadillo (2008; 2013) e de vários outros citados adiante apontam que, além da obra de Wittig, a entrada de outros títulos fundamentais dos estudos *queer* na Espanha (a exemplo de Judith Butler, Teresa de Lauretis, Donna Haraway, Eve Kosovsky Sedgwick e Judith/Jack Halberstam), aliado a artigos, livros e o ativismo de pessoas locais, como Paco Vidarte, Fefa Vila, Javier Sáez, Sejo Carrascosa, Paul B. Preciado, entre muitas outras, fez emergir com mais força uma crítica às categorias identitárias de todo o movimento LGBT, o que gerou, e ainda gera, uma série de tensionamentos e também a proliferação de diversos coletivos de ativismo *queer* pelo país, em especial em Madri e Barcelona. Muitos destes coletivos iniciais tiveram vida curta. A maioria deles não estava, em 2014, mais na ativa.

As reflexões de muitas pessoas da Espanha citadas acima estão diretamente ligadas ao surgimento do ativismo *queer* no país, que Gracia Barbadillo já incluiu na terceira onda do movimento lésbico. Várias delas participaram de grupos *queer* mais antigos, hoje inativos, como o LSD – Lesbianas Sin Duda, a Radical Gai e o Grupo de Trabalho *Queer*.

No Estado espanhol, os grupos *queer*, que surgem desde os princípios dos anos noventa, contestam e resistem ao regime

normativo que os constrói como ‘raros’ e às identidades fixas de ser ‘gay’, ‘lésbica’ ou ‘transexual’, através de representações e imagens carregadas de subversão que abrem espaço para a irrupção das ‘multidões’ *queer*. (BARBADILLO, 2005, p.42)

Os coletivos Lesbianas Sin Duda (LSD – que teve sua atividade de 1993 a 1998) e Radical Gai (criado em 1991 após uma cisão no interior do COGAM, e que funcionou até por volta de 1997), segundo Fefa Vila, em entrevista a Gracia Barbadillo (2008, p. 205), são os primeiros grupos que podem ser considerados *queer* do Estado espanhol. Uma série de coisas caracterizavam esses coletivos iniciais, e que caracterizam outros que surgiram depois deles e que ainda estão em atividade. Trataremos disso em mais detalhes na próxima seção, mas aqui adianto as seguintes marcas: 1) a sua forma organizativa se baseia em assembleias, com vistas a conquistar a maior horizontalidade possível, nem sempre alcançada, pois, como veremos, isso não impediu uma série de tensões e brigas entre pessoas que mais se destacaram no ativismo *queer*, tanto ontem quanto hoje; 2) uma cisão, que parece irremediável, com os coletivos LGBT mais institucionalizados; 3) fuga de uma necessidade imprescindível de como se nomear ou definir ou, como diz Fefa Vila, “íamos nos definindo através de nossas ações e propostas”; (BARBADILLO, 2008, p. 205) 4) ações de impacto nas ruas, inclusive nas paradas LGBT, com performances, faixas e distribuição de materiais, em especial fanzines, com textos básicos de estudos *queer* e imagens de corpos desnudos; 5) ações diretas para chamar atenção sobre a falta de políticas efetivas de combate ao HIV, bem ao estilo dos históricos grupos *queer* dos Estados Unidos e França, como o ACT UP (*AIDS Coalition to Unleash Power*) e o *Queer Nation*.

La Radical e LSD foram os primeiros grupos no Estado espanhol a utilizar a expressão *queer*. Não formaram grandes movimentos, mas problematizaram desde as margens a situação do movimento gay e lésbico, sua desativação política, a mercantilização, a fabricação de identidades para o consumo, o significado

social e os efeitos da Aids e o matrimônio como mecanismo de assimilação e aceitação social. (GIL, 2011, p. 180)

Em Madri, após o fim do LSD e da Radical Gai, parte das pessoas que integravam esses dois coletivos e uma série de outras militantes criaram o Grupo de Trabalho *Queer* (GTQ).

A partir do Curso de Introdução à Teoria *Queer*, realizado por integrantes do GTQ entre os anos de 2003 e 2005 na Universidade Nacional de Educação à Distância (UNED), foi lançado em 2007 o livro *Teoria queer. Políticas bolleras, maricas, trans, mestizas*, que rapidamente se tornou uma referência para muitas pessoas, com textos de David Córdoba García, Javier Sáez, Paco Vidarte, Paul B. Preciado, Pablo Pérez Navarro, Carmen Romero Bachiller, Sejo Carrascosa, Fefa Vila Núñez, entre outras.

Os ativistas Javier Sáez e Sejo Carrascosa (2011), que integraram o GTQ, também continuam produzindo na área, mesmo estando fora da academia, o que também é uma curiosa característica dos estudos *queer* na Espanha, pois nem todas as pessoas que escrevem textos acadêmicos trabalham regularmente nas universidades. Em um dos livros mais recentes, escrito por ambos, eles pensam na elaboração de políticas anais, políticas do cu. Além desses dois autores, uma série de outras pessoas tem se dedicado a pensar os estudos *queer* a partir da realidade local, sempre com forte preocupação com o ativismo político. Destaco, por exemplo, os trabalhos de Preciado (2002, 2007, 2008, 2010), García (2007), Bachiller (2007), Núñez (2007), Llamas (1998), Vélez-Pelligrini (2011), Briones (2013 e 2014), Barbadillo (2008), Platero (2012) e Gil (2011). Sobre esses e outros trabalhos dedicarei um ponto específico ao tratar do ativismo *queer* na Espanha.

No campo do ativismo de rua, além da Assembleia Transmaricabollo del Sol, proliferam na Espanha vários pequenos e ruidosos coletivos *queer* em casas e prédios ocupados, em Madri e Barcelona. Além disso, em Barcelona se desenvolveu mais um tipo de transfeminismo que aposta, entre outras coisas, na produção de filmes, performances e cursos de pós-pornô. (LOPIS, 2010; SOLA; URKO, 2014; TORRES,

2013) Posteriormente, pensarei em pelo menos três grandes grupos de ativismos *queer* existentes nos últimos anos na Espanha: um deles mais marcado em performances e atividades diretas nas ruas, outro mais acadêmico, composto por pessoas que não necessariamente estão dentro das universidades, e outro mais ligado às performances pós-pornô.

Obviamente, esses três grupos não possuem limites fixos. A Assembleia Transmaricabollo del Sol, embora marcada mais como um coletivo de ação nas ruas, não deixa de ter em seus quadros acadêmicos que pensam teoricamente as suas práticas, a exemplo de Gracia Barbadillo. O mesmo ocorre com os coletivos mais ligados ao pós-pornô, que se desenvolveu mais em Barcelona. Diversas pessoas que os integram escreveram textos que podem ser considerados “acadêmicos”. Inclusive o livro *Pornoterrorismo*, de Diana J. Torres (2013), ainda que seja baseado em sua autobiografia, na minha análise, é um livro que, além de dialogar explícita e/ou implicitamente com os estudos *queer*, produz consideráveis conhecimentos em nossa área.

Para esta pesquisa, além de ter acompanhado várias atividades do Orgulho Madri 2014, que incluíam a própria marcha no dia 28 de junho pelas ruas da capital da Espanha, também realizei uma longa entrevista com uma das principais militantes da Assembleia Transmaricabollo del Sol, Monik Round. Com ela e Gracia, que faz parte do mesmo coletivo, também tivemos alguns encontros informais nos quais nossas conversas invariavelmente trataram sobre os babados entre as pessoas do ativismo e dos estudos *queer* na Espanha.

Também nas atividades do Orgulho 2014, conheci o coletivo Migrantes Transgressorxs, outro grupo que compôs o bloco crítico daquele ano, que desenvolve um trabalho interessante em Madri, de inspiração pós-colonial e *queer*. Outra associação muito singular é a Fundação 26 de Dezembro,⁴⁷ mais voltada para atividades em prol de pessoas LGBT da terceira idade e que foi criada em 13 de junho de

⁴⁷ <<http://www.fundacion26d.org/>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

2010, no bairro de Lavapiés. Foi lá que ocorreu a primeira atividade do Orgulho 2014 e onde me emocionei ao ouvir uma fala da ativista lésbica Empar Pineda. Aliás, essa reunião me marcou muito, como será possível verificar adiante.

A pesquisa ainda incluiu o acompanhamento de uma reunião do coletivo O homem transexual⁴⁸ e uma rápida entrevista com o seu coordenador, o ativista Alejandro Garcia. Apesar do nome, o coletivo, que já tem 11 anos de história, também conta com a participação de mulheres trans. Ainda no segmento trans, outro coletivo, este mais institucionalizado e voltado para a prestação de serviços para as pessoas trans, é o AET Transexualia.⁴⁹

Enfim, terminaram os *flertes*. Quer continuar? Agora é a vez das *transas*.

⁴⁸ <<http://www.elhombretransexual.es/>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

⁴⁹ <<http://www.transexualia.org/>>. Acesso em: 15 jan. 2015.